

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A 11ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E 40ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A Companhia Celg de Participações - CELGP PAR ("Celgpar") é uma sociedade por ações e de capital autorizado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério de Estado da Fazenda - CNPJ/MF, sob o número 08.560.444/0001-93.

A Celgpar encontra-se registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, desde o dia 14 de março de 2008, sob o número 2139-3, enquadrada na categoria "A", nos termos do Art. 2º, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

Os atos constitutivos da Celgpar estão arquivados no registro de comércio, especificamente na Junta Comercial do Estado de Goiás - Juceg, sob o Número de Identificação de Registro de Empresas - Nire 52300010926.

O Estatuto Social, de 30 de janeiro de 2012 ("Estatuto Social"), está registrado na Juceg e, acatado o disposto no Art. 30, Inciso XIII, da Instrução CVM nº 480/2009, foi disponibilizado, nos portais da CVM e da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Bovespa").

As Políticas de Divulgação de Informação e de Negociação de Valores Mobiliários, de 2 de março de 2010 ("Políticas de Divulgação de Negociação"), estão arquivadas na Juceg e inseridas nos portais da CVM e da Bovespa (Art. 30, Inciso XI e Inciso XII, Instrução CVM nº 480/2009).

Os valores mobiliários de emissão da Celgpar, representados integralmente por ações ordinárias escriturais, administradas pela instituição depositária Banco do Brasil S.A., são negociados no mercado de valores mobiliários, especificamente na Bovespa.

A Celgpar é proprietária da totalidade das ações de emissão da Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT, constituída na modalidade de subsidiária integral.

A 11ª Assembleia Geral Ordinária e 40ª Assembleia Geral Extraordinária, em conjunto denominadas "Assembleias", serão realizadas no dia **26 de abril de 2017, às 15 horas**, na respectiva sede social.

As Assembleias foram convocadas, mediante aviso societário denominado Edital de Convocação Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Edital de Convocação"), vinculando as matérias ao âmbito da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária.

Salienta-se a cumulatividade de convocação das Assembleias, inclusive a realização no mesmo local, data e hora, e instrumentação em ata única, conforme prerrogativa prevista no Art. 131, Parágrafo único, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os Conselheiros de Administração, na 110ª Reunião do Conselho de Administração, de 27 de março de 2017, examinaram as matérias constantes do Edital de Convocação e expressaram concordância com todos os termos.

Os aspectos principais, procedimentos e demais considerações, inclusive o detalhamento das matérias incluídas na Ordem do Dia, estão discriminados nesta Proposta da Administração para a 11ª Assembleia Geral Ordinária e 40ª Assembleia Geral Extraordinária ("Proposta da Administração").

A administração da Celgpar, objetivando o atendimento aos requisitos exigidos pela Lei nº 6.404/1976, normas emanadas da CVM, Estatuto Social e pelas Políticas de Divulgação e de Negociação, determinou o cumprimento das seguintes formalidades:

- I. divulgação do Edital de Convocação, simultaneamente, por 3 (três) vezes, com prazo mínimo de antecedência de 15 (quinze) dias (Lei nº 6.404/1976, Art. 124, § 1º, Inciso II), haja vista a condição de companhia aberta;
- II. veiculação do Edital de Convocação no Diário Oficial do Estado de Goiás ("Diário Oficial") nos dias 11 (onze), 12 (doze) e 17 (dezessete) do mês de abril de 2017, haja visto a decretação de ponto facultativo estadual no dia 13 (treze) de abril de 2017, conforme Decreto Estadual nº 8.930, de 06 de abril de 2017; e, também, no jornal O Hoje, programada, impreterivelmente, para os dias 11 (onze), 12 (doze), 13 (treze) e 17 (dezessete), do mês de abril de 2017;
- III. transmissão do Edital de Convocação para a CVM e Bovespa, pelo sistema EmpresasNet, em Informações Periódicas e Eventuais, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E" e Espécie "Edital de Convocação", em data coincidente com a veiculação do primeiro anúncio do Edital de Convocação;

- IV. disponibilização da Proposta da Administração aos senhores acionistas, também em 11 de abril de 2017, coincidente com a publicação do primeiro anúncio de convocação das Assembleias, contendo o detalhamento das matérias;
- V. remessa da Proposta da Administração para a CVM e Bovespa, conforme Lei nº 6.404/1976, Art. 124, § 6º, pelo sistema EmpresasNet, em Informações Periódicas e Eventuais, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração", subdividida nos respectivos assuntos;
- VI. os documentos "Destinação do Lucro Líquido", e "Comentários dos Administradores Sobre a Situação Financeira da Companhia", foram objeto de transmissão 1 (um) mês antes da realização das Assembleias, no dia 28 de março de 2017, mediante Protocolo de Entrega CVM/Bovespa número 021393IPE260420170104282111-05;
- VII. em 28 de março de 2017, foram remetidas as Demonstrações Financeiras Anuais Completas e as Demonstrações Financeiras Padronizadas, via sistema EmpresasNet; conforme protocolos números 021393IPE311220160104282205-28 e 021393DFP311220160100063680-75, respectivamente;
- VIII. os dados introduzidos pelo sistema EmpresasNet, mencionados nesta Proposta da Administração, estão alocados, simultaneamente, no portal da CVM e da Bovespa, facultado o acesso de qualquer acionista, investidor ou demais interessados;
- IX. os documentos mencionados nesta Proposta da Administração encontram-se também inseridos no sítio da Celgpar, em atendimento à determinação da CVM, mediante Art. 13, § 2º, da Instrução CVM nº 480/2009; e
- X. os acionistas poderão obter cópia da Proposta da Administração na Vice-Presidência e Diretoria de Relações com Investidores, localizada na Rua 2, Quadra A-37, nº 505, Parte, Edifício Gileno Godói, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-180, Goiânia - Goiás.

Os assuntos de atribuição da Assembleia Geral Ordinária, estabelecidos na redação do Art. 132, da Lei nº 6.404/1976, encontram-se identificados no Item 1 ao Item 3, da Ordem do Dia, do Edital de Convocação.

Concomitantemente, as matérias de competência da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, definidas residualmente no Art. 131, *caput*, da Lei nº 6.404/1976, estão representados no Item 4 ao Item 6.

As matérias constantes na pauta de convocação das Assembleias, objeto de deliberação pelos acionistas, consistem dos seguintes itens e proposições, vinculados aos assuntos constantes na Ordem do Dia, do Edital de Convocação e apresentados na mesma ordem sequencial:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Item 1, da Ordem do Dia, primeiro da Assembleia Geral Ordinária, é nomeado pelo termo "Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras Consolidadas e os documentos complementares, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016".

A 110ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 27 de março de 2017, às 10 horas, avaliou esta matéria e, em seguida, a remeteu para exame e manifestação no âmbito da 56ª Reunião do Conselho Fiscal.

A 56ª Reunião do Conselho Fiscal, de 27.03.2017, às 15 horas, entregou no sistema EmpresasNet sob Protocolo de Entrega 021393IPE270320170104282111-02, emitiu opinião, mediante Parecer, favorável à aprovação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As Demonstrações Financeiras Padronizadas e as Demonstrações Financeiras Anuais Completas também foram disponibilizadas no portal da CVM e da Bovespa, no dia 28 de março de 2017, conforme já mencionado no Inciso VII, do décimo terceiro parágrafo desta Proposta da Administração.

Assim, as Demonstrações Financeiras Padronizadas e as Demonstrações Financeiras Anuais Completas foram enviadas pelo sistema EmpresasNet, em Formulários Padronizados - Demonstrações Financeiras Padronizadas, e em Informações Periódicas e Eventuais, na Categoria "Dados Econômico-Financeiros" e Tipo "Demonstrações Financeiras Anuais Completas", respectivamente.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Celgpar, de 31 de dezembro de 2016, ainda não foram objeto de publicação, nos periódicos habitualmente empregados, Diário Oficial e no jornal O Hoje, todavia serão veiculadas até 5 (cinco) dias anteriores à realização da Assembleia Geral Ordinária.

Os documentos discriminados no Art. 133, da Lei nº 6.404/1976, foram colocados à disposição dos acionistas, a partir de 28 de março de 2017, na Rua 2, Quadra A-37, nº 505, Parte, Edifício Gileno Godói, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-180, em Goiânia, capital do Estado de Goiás.

A disponibilização desses documentos foi comunicada aos interessados por intermédio do Aviso Aos Acionistas, de 28 de março de 2017, conforme Protocolo de Entrega nº 021393IPE28032017010482110-99, veiculado no Diário Oficial e no jornal O Hoje, no dia 28 de março de 2017.

Os Comentários dos Diretores (Art. 9º, Inciso III, Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009), estão acessíveis, pelo sistema EmpresasNet, em Informações Periódicas e Eventuais; na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Comentários dos Administradores Sobre a Situação Financeira da Companhia".

A distribuição de lucros, relativa ao exercício de 2016, será realizada, haja vista a ocorrência de lucro neste exercício, distribuição esta que ocorrerá contra os prejuízos acumulados da Celgpar nos termos do artigo 189 da Lei nº 6.404/1976. Consequentemente, em função da absorção total em relação aos prejuízos acumulados, torna-se inexecutável a distribuição de dividendos por esta sociedade no exercício social de 2016.

Embora constada a existência de lucro líquido totalmente absorvido contra os prejuízos acumulados da Celgpar, houve a decisão de envio do arquivo Destinação do Lucro Líquido, objetivando fornecer resposta aos Itens 1, 7, 10 e 17, constando nos demais o termo "Inexistente".

Portanto, as informações indicadas no Anexo 9-1-II, da Instrução CVM nº 481/2009, foram transmitidas via sistema EmpresasNet, em Informações Periódicas e Eventuais, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Destinação dos Resultados", no dia 28 de março de 2017, segundo Protocolo de Entrega nº 021393IPE260420170104282111-05.

As Demonstrações Financeiras Padronizadas, Demonstrações Financeiras Anuais Completas, ata do Conselho Fiscal contendo o respectivo Parecer, Destinação do Lucro Líquido e Comentários dos Diretores, foram transmitidos, permanecendo acessíveis, desde o dia 28 de março de 2017.

A Proposta de Destinação do Lucro Líquido e os Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Celgpar estão sendo novamente apresentados, na sequência desta Proposta da Administração, conforme explicado a seguir.

A reapresentação desses dois documentos, embora transmitidos em 28 de março de 2017, em atendimento ao Art. 9º, § 1º, Inciso II, e Art. 9º, Inciso III, foi necessária, visto que o sistema EmpresasNet permite apenas um único arquivo com a mesma data de referência para a Proposta da Administração.

Esses dois documentos, considerando que são objetos de reapresentação, estão realocados imediatamente após os demais anexos relatados nesta Proposta da Administração, página 45 à página 48, e página 50 à página 77, respectivamente.

2. ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Refere-se ao Item 2, das matérias do Edital de Convocação, a disposição constante da expressão "Eleger os componentes do Conselho de Administração, observado o disposto no Art. 239, *caput*, da Lei nº 6.404/1976".

A eleição de novos membros componentes do Conselho de Administração ("Conselheiros de Administração") é motivada pelo encerramento dos mandatos dos atuais componentes na Assembleia Geral Ordinária de 2017.

O enquadramento da Celgpar como Sociedade de Economia Mista impõe o cumprimento do disposto no Art. 239, da Lei nº 6.404/1976, assegurado à minoria o direito de eleger um dos conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo.

O representante dos empregados, nos termos do Art. 140, Parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976, e Art. 18, § 2º, do Estatuto Social, será homologado na Assembleia Geral Ordinária, de 26 de abril de 2017, com os votos do acionista controlador.

Os acionistas deverão definir o número de Conselheiros de Administração, observado a vaga destinada ao representante dos acionistas minoritários e da designação referente aos empregados da Celgpar e da Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT.

Essa definição é indispensável, visto que o Estatuto Social, no Art. 17, estabelece que o Conselho de Administração compor-se-á de, no mínimo, 3 (três), e, no máximo, 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no país.

Enfatiza-se que a referida composição terá vigência até a segunda Assembleia Geral Ordinária subsequente, constituindo-se em base de cálculo para determinação do quorum, representada pela exigência da presença de mais da metade dos seus membros (Art. 18, § 4º, Estatuto Social).

A proposição da administração compreende a fixação de 9 (nove) Conselheiros de Administração, asseguradas 1 (uma) vaga ao representante dos empregados e 1 (uma) aos acionistas minoritários; exigindo, portanto, quorum de 5 (cinco) membros nessas reuniões. Considerando as prerrogativas impostas pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Decreto Estadual nº 8.801, de 10 de novembro de 2016, o acionista controlador indicará, no momento da disponibilização desta Proposta da Administração, o total de 7 (sete) Conselheiros de Administração podendo, em função de possíveis adaptações ao marco legal (condicionantes de habilitação dos Conselheiros de Administração, e exercício da prerrogativa de indicação pelo Chefe do Poder Executivo), reapresentar estas indicações nesta Proposta da Administração, dentro do interstício temporal até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2017.

As pessoas a serem eleitas como membros componentes do Conselho de Administração terão que preencher os requisitos exigidos pela lei para o exercício das atribuições da função (Lei nº 6.404/1976, Art. 146, *caput*). Além destes, os membros componentes do Conselho de Administração deverão preencher os requisitos previstos no artigo 17 da Lei nº 13.303/2016, regulamentada, no Estado de Goiás, pelo Decreto nº 8.801/2016, e também não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010.

A ata das Assembleias ("Ata das Assembleias") deverá conter a composição (quantidade de membros), qualificação e o prazo de gestão da pessoa eleita, observado o arquivamento no registro do comércio e, em seguida, a publicação (Lei nº 6.404/1976, Art. 146, § 1º).

Outro requisito importante refere-se à observância da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, que dispõe sobre a declaração da pessoa eleita, na condição de componente do Conselho de Administração de companhia aberta, de que trata o Art. 147, § 4º, da Lei nº 6.404/1976.

O Termo de Adesão às Políticas de Divulgação e de Negociação deverá ser firmado, de maneira a preservar o acatamento ao Art. 15 e Art. 16, da Instrução CVM nº 358/2002; e Art. 2º, *caput*, das Políticas de Divulgação e de Negociação.

O Conselheiro de Administração eleito deve informar, em formulário próprio, a quantidade de ações de emissão da Celgpar que, eventualmente, possua, e a de pessoas ligadas (Art. 26, *caput* e § 1º, Políticas de Divulgação e de Negociação; e Art. 11, § 2º, Instrução CVM nº 358/2002).

A informação contendo as quantidades de valores mobiliários será enviada à CVM e Bovespa, por intermédio do sistema EmpresasNet, imediatamente após a investidura na função (Art. 11, § 4º, Inciso II, Instrução CVM nº 358/2002).

Os dados indicados no Art. 10 (Instrução CVM nº 481/2009) poderão ser acessados na página da CVM e Bovespa, haja vista o envio pelo sistema EmpresasNet, em Informações Periódicas e Eventuais; na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Eleição de Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal".

Os aludidos dados são transmitidos na data de publicação do primeiro anúncio do Edital de Convocação, em acatamento ao Art. 6º, Parágrafo único, da Instrução CVM nº 481/2009, constando, da sequência desta Proposta da Administração, da página **09** à página **29**.

3. ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

A terceira matéria, constante do Edital de Convocação, última dos assuntos da Assembleia Geral Ordinária, é representada pela configuração "Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, atendida a exigência presente no Art. 240, Lei nº 6.404/1976".

O mandato dos componentes do Conselho Fiscal ("Conselheiros Fiscais") encerrar-se-á com a realização da Assembleia Geral Ordinária, devendo, portanto, novos membros serem eleitos, sendo permitida a reeleição.

Far-se-á necessário, também, estipular o número de Conselheiros Fiscais, tendo em vista que a composição deverá ser definida entre 3 (três), no mínimo, e, no máximo, 5 (cinco) membros, segundo Art. 34, do Estatuto Social.

A condição da Celgpar como Sociedade de Economia Mista determina o cumprimento do Art. 240, da Lei nº 6.404/1976, sendo um Conselheiro Fiscal e respectivo suplente eleitos pelos proprietários de ações ordinárias minoritárias.

A recomendação da administração contempla a definição de 5 (cinco) Conselheiros Fiscais, assegurada 1 (uma) vaga de titular e respectiva suplência ao representante dos acionistas minoritários; requerendo,

consequentemente, quorum de 3 (três) membros nas reuniões. Considerando as prerrogativas impostas pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Decreto Estadual nº 8.801, de 10 de novembro de 2016, o acionista controlador indicará, no momento da disponibilização desta Proposta da Administração, o total de 4 (quatro) Conselheiros Fiscais podendo, em função de possíveis adaptações ao marco legal (condicionantes de habilitação dos Conselheiros Fiscais, e exercício da prerrogativa de indicação pelo Chefe do Poder Executivo), reapresentar estas indicações nesta Proposta da Administração, dentro do interstício temporal até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2017.

A Lei nº 6.404/1976 (Art. 161, § 6º) determina que os Conselheiros Fiscais e seus suplentes exercerão suas funções até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição e poderão ser reeleitos.

Assim, considerando que a duração do mandato dos Conselheiros Fiscais constitui preceito de ordem pública, o mesmo não pode ser alterado pelo Estatuto Social. Portanto, o Art. 37, do Estatuto Social, apenas repete o disposto na lei.

O preenchimento dos requisitos exigidos pelo Art. 162, da Lei nº 6.404/1976, pelo Art. 26, da Lei nº 13.303/2016, e dos dispositivos constantes no Art. 34 e Art. 35, do Estatuto Social, é indispensável; assim como a transmissão do número de ações, de propriedade dos Conselheiros Fiscais para a CVM e Bovespa, logo após a investidura na função.

As informações indicadas na Proposta da Administração estão disponíveis pelo sistema EmpresasNet, em Informações Periódicas e Eventuais, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Eleição de Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal".

Os dados relativos aos membros do Conselho Fiscal, Art. 10, da Instrução CVM nº 481/2009, constam, concomitantemente, na continuação da atual Proposta da Administração, especificamente na página **09** à página **29**.

4. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A quarta matéria, da Ordem do Dia, constante do Edital de Convocação, primeira da Assembleia Geral Extraordinária, contempla exatamente a expressão "Fixar a remuneração dos Diretores, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais".

Essa matéria refere-se à estipulação das importâncias a serem pagas aos componentes da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, objetivando o atendimento ao disposto no Art. 12, Inciso I e Inciso II, da Instrução CVM nº 481/2009.

A remuneração dos Conselheiros de Administração e dos Conselheiros Fiscais, bem como os honorários e as gratificações dos membros componentes da Diretoria são fixados com fundamento no disposto no Art. 9º, § 2º, Inciso II, do Estatuto Social.

Os dados previstos no Art. 12, Inciso I e Inciso II, da Instrução CVM nº 481/2009, estão acessíveis na CVM e Bovespa, inserto pelo sistema EmpresasNet, em Informações Periódicas e Eventuais; na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Remuneração dos Administradores".

Os aludidos dados, conforme discriminados no parágrafo anterior, são transmitidos nesta data, objeto de publicação do primeiro anúncio do Edital de Convocação, em acatamento ao disposto no Art. 6º, Parágrafo único, da Instrução CVM nº 481/2009.

Os dados dispostos no Art. 12, Inciso II, da Instrução CVM nº 481/2009, encontram-se inseridos na sequência dos dados pessoais dos Conselheiros Fiscais, constituindo-se em parte integrante desta Proposta da Administração (página **09** à página **29**).

A Proposta da Administração, em cumprimento à Instrução CVM nº 481/2009 (Art. 12, Inciso I), alvo de decisão pelas Assembleias, referente à fixação da remuneração aos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, apresenta-se com a seguinte configuração:

a. DIRETORIA

Remuneração mensal, correspondente ao valor de R\$ 21.034,09 (vinte e um mil, trinta e quatro reais e nove centavos), sem prejuízo das vantagens financeiras inerentes ao empregado da Celgpar, elevado à condição de Diretor, mais uma gratificação de função no valor de R\$ 4.270,00 (quatro mil, duzentos e setenta reais), além de uma gratificação de gestão correspondente a 50% (cinquenta por cento) da soma das duas primeiras parcelas; repassados à remuneração mensal os mesmos reajustes que, eventualmente, forem concedidos aos empregados, bem como o mesmo índice de correção aplicado à gratificação de função; com pagamento de uma 13ª (décima terceira) remuneração; além do período

de descanso anual remunerado, equivalente a 30 (trinta) dias após cada período de 12 (doze) meses do exercício do mandato de Diretor, devendo esse período ser convertido em pecúnia, caso não seja possível o afastamento do Diretor; e, ainda, foi autorizado o recolhimento das contribuições patronais referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundação Celg de Seguros e Previdência - Eletra e Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados da Celg - Celgmed; além de outros benefícios concedidos na forma do Estatuto Social; sempre em observância aos preceitos legais que vedam a cumulatividade sobre o recebimento de remuneração dessa natureza.

b. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A fixação da remuneração dos Conselheiros de Administração fundamenta-se no Art. 20, do Estatuto Social, correspondendo a 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores da Celgpar; observando-se, ainda, o pagamento da 13ª (décima terceira) remuneração; sempre em observância aos preceitos legais que vedam a cumulatividade sobre o recebimento de remuneração dessa natureza; sendo também as despesas de viagem e estada, a serviço do Conselho de Administração, reembolsadas mediante comprovação (Art. 21, Estatuto Social).

c. CONSELHO FISCAL

A proposta de remuneração corresponde, atendida a previsão constante no Art. 38, do Estatuto Social, a 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores da Celgpar, inclusive com o pagamento da 13ª (décima terceira) remuneração; sempre em observância aos preceitos legais que vedam a cumulatividade sobre o recebimento de remuneração dessa natureza; além do reembolso das despesas que tiverem a serviço do Conselho Fiscal, mediante a apresentação de comprovantes das despesas realizadas (Art. 162, § 3º, Lei nº 6.404/1976; e Art. 39, Estatuto Social).

5. EXECUÇÃO DE MEDIDAS PELA DIRETORIA

O Item 5, da Ordem do Dia, do Edital de Convocação, segundo da Assembleia Geral Extraordinária, pode ser identificado pela expressão "Incumbir à Diretoria da Celgpar a implementação de todas as medidas deliberadas".

Seguramente, os representantes legais da Celgpar necessitam tomar medidas em decorrência das matérias aprovadas, objetivando a complementação dos atos e, conseqüentemente, promover a produção de eficácia.

Os acionistas, reunidos nas Assembleias, deliberarão sobre a atribuição e autorização à Diretoria da Celgpar, objetivando praticar todos os atos necessários e imprescindíveis para a implementação desses eventos.

6. DIVULGAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

Finalmente, a última matéria, Item 6, da Ordem do Dia, do Edital de Convocação, terceira da Assembleia Geral Extraordinária, é representada literalmente pela proposição "Autorizar a execução de atos relativos à publicação da ata das Assembleias e das respectivas deliberações".

Enfatiza-se a faculdade de publicação com a omissão das respectivas assinaturas e, também, na forma de extrato da ata das Assembleias (Art. 130, § 2º e § 3º, Lei nº 6.404/1976); e, ainda, está sendo recomendada a adoção das seguintes medidas:

- a) arquivamento e registro da ata das Assembleias na Juceg, acompanhada de via do Parecer do Conselho Fiscal e da Proposta da Administração; e publicações do Aviso aos Acionistas, do Edital de Convocação e das Demonstrações Financeiras Consolidadas, de 31 de dezembro de 2016;
- b) transmissão da ata das Assembleias, acompanhada, em um único arquivo, se for o caso, do respectivo extrato de ata, para a CVM e Bovespa, pelo sistema EmpresasNet, em Informações Periódicas e Eventuais, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E" e Espécie "Ata";
- c) inserção da ata das Assembleias, acompanhada, em um único arquivo, se for o caso, do respectivo extrato, no portal da Celgpar;
- d) publicação integral da ata das Assembleias, no Diário Oficial (Art. 289, caput, primeira parte, e § 3º); e
- e) publicação integral da ata das Assembleias, ou do respectivo extrato, no jornal editado na localidade da sede da Celgpar (Art. 289, caput, segunda parte, e § 3º).

Goiânia, 11 de abril de 2017.

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Anexos: os dados indicados pelo Art. 10 (página 9 à página 29), informações previstas no Art. 12, Inciso II (página 31 à página 43), detalhamento segundo Art. 9º, § 1º, Inciso II (página 45 à página 48), e os comentários determinados pelo Art. 9º, Inciso III (página 50 à página 77), da Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009, são partes integrantes desta Proposta da Administração.

Item 12.6 ao Item 12.10 do Formulário de Referência
(Art. 10, Instrução CVM nº 481/2009)

- página 09 à página 29

ÓRGÃO	NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	DATA DE ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NO EMISSOR	INDICAÇÃO SE FOI ELEITO PELO CONTROLADOR OU NÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	SIMÃO CIRINEU DIAS	70	ECONOMISTA	004.476.253-48	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2019		INDICADO PELO CONTROLADOR
	JOSÉ FERNANDO NAVARETE PEINA	42	ADVOGADO	303.118.701-63	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2019		INDICADO PELO CONTROLADOR
	SÉRGIO AUGUSTO INACIO DE OLIVEIRA	55	ADVOGADO	253.727.771-68	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2019		INDICADO PELO CONTROLADOR
	INON ALBERNAZ	88	PROFESSOR	002.939.201-25	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2019		INDICADO PELO CONTROLADOR
	ELIE ISSA EL CHIDAC	50	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	704.619.021-68	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2019		INDICADO PELO CONTROLADOR
	PETERSOHN GOMES CAPARROSA SILVA	41	ENGENHEIRO ELETRICISTA	799.652.691-48	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2019		INDICADO PELO CONTROLADOR
	ALLADIO TEIXEIRA ALVARES NETO	45	ECONOMISTA	512.975.981-48	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2019		INDICADO PELO CONTROLADOR
	FLÁVIO LOPES DE ASSIS	40	ENGENHEIRO ELETRICISTA	813.748.961-72	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2019		INDICADO PELOS EMPREGADOS
	ENIO PASCOAL	83	ADVOGADO	004.292.291-53	CONSELHEIRO FISCAL TITULAR	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2018		INDICADO PELO CONTROLADOR
	JOSÉ TAVERA ROCHA	73	ADMINISTRADOR	002.444.221-98	CONSELHEIRO FISCAL TITULAR	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2018		INDICADO PELO CONTROLADOR
CONSELHO FISCAL	RENÉ POMPEO DE PINA	75	ENGENHEIRO	004.548.211-91	CONSELHEIRO FISCAL TITULAR	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2018		INDICADO PELO CONTROLADOR
	MICAYR AUGUSTO DA SILVA SALOMÃO	48	ECONOMISTA	462.109.381-91	CONSELHEIRO FISCAL TITULAR	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2018		INDICADO PELO CONTROLADOR
	DIVINO AIRES DE ARAÚJO	76	ADVOGADO	002.448.021-00	CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2018		INDICADO PELO CONTROLADOR
	DIVINO FERNANDES DOS REIS	68	ADVOGADO	000.275.901-78	CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2018		INDICADO PELO CONTROLADOR
	CARLOS EDUARDO PIMENTEL SANTOS	61	ENGENHEIRO	035.250.578-81	CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2018		INDICADO PELO CONTROLADOR
	GESMAR JOSÉ VIEIRA	86	ECONOMISTA	045.007.851-15	CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE	26/04/2017	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2018		INDICADO PELO CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Abaixo os dados da Comissão Interna, Transitória e não Estatutária, criada para exercer temporariamente as competências de que trata o Artigo 10 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, conforme deliberações ocorridas no âmbito da 108ª Reunião do Conselho de Administração da Celgpar:

ÓRGÃO	NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	PRAZO DO MANDATO	FUNÇÃO EXERCIDA NA COMISSÃO	INDICAÇÃO SE FOI ELEITO PELO CONTROLADOR OU NÃO
COMISSÃO INTERNA, TRANSITÓRIA E NÃO ESTATUTÁRIA	SIMÃO CIRNEU DIAS	70	ECONOMISTA	004.476.253-49	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2017	MEMBRO	INDICADO PELO CONTROLADOR
	JOSÉ FERNANDO NAVARRETE PEÑA	42	ADVOGADO	303.118.701-83	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2017	MEMBRO	INDICADO PELO CONTROLADOR
	ALLADIO TEIXEIRA ALVARES NETO	45	ECONOMISTA	512.875.961-48	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2017	MEMBRO	INDICADO PELO CONTROLADOR
	DANIEL VINÍCIOS NUNES VIEIRA	32	ADVOGADO	877.756.731-66	PROCURADOR GERAL	-	MEMBRO	-

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

A. CURRÍCULO:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOME:	Simão Cirineu Dias
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Secretário Adjunto do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; Secretário Adjunto da Fazenda Nacional do Ministério da Economia; Delegado do Banco Central do Brasil em Fortaleza-CE; Chefe do Departamento de Auditoria do Banco Central do Brasil; Delegado do Banco Central do Brasil no Rio de Janeiro-RJ; Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional; Ministro da Integração Nacional, Interino; Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretário Adjunto da Fazenda do Estado de Minas Gerais; Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Maranhão; Secretário de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais; Secretário de Estado da Fazenda de Goiás; e atual representante do Governo de Goiás no Distrito Federal.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

NOME:	José Fernando Navarrete Pena
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Advogado; Procurador Geral de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás; Diretor e sócio-proprietário da empresa Amparo Construções Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Professor convidado pelo Departamento de Pós-graduação da Universidade Católica de Goiás para aula inaugural, e outras palestras, do curso Relações Internacionais - MERCOSUL, e colaborador na estruturação do curso; Pré-selecionado pela Comissão da União Europeia para participar do quadro de economistas do Serviço Exterior da Comunidade na área de cooperação com países em vias de desenvolvimento; Diretor Comercial da empresa ERESA - Empresa de Restauración S/A, Madrid-Espanha; e Professor Assistente de Teoria Econômica e Economia Brasileira da FACH - Faculdade de Ciências Humanas. Na Celg Distribuição S.A. - CELG D exerceu a função de Diretor Econômico-Financeiro, de 04.01.2011 a 07.02.2012; e Diretor Vice-Presidente e de Assuntos Regulatórios, de 07.02.2012 a 08.03.2012. Diretor de Gestão Corporativa na Companhia Celg de Participações - CELGP, de 25.03.2011 a 16.02.2012; e Diretor-Presidente da Companhia Celg de Participações - CELGP e Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT (de 16.02.2012 a 04.01.2017).
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

NOME:	Sérgio Augusto Inácio de Oliveira
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Advogado, Especialista em Direito Processual Civil, Direito Constitucional e Direito Administrativo. Assessor Geral da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (2008 a 2010); Chefe de Gabinete da Companhia de Distritos Industriais de Goiás S/A (2010 a 2011); Chefe de Gabinete/Secretário Geral da Agência Goiana de Habitação S/A (2011 a 2015); Superintendente Executivo/Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás (2015 até a presente data); Conselheiro Fiscal da Metrobus (2015 até a presente data); Conselheiro Fiscal da Agência Goiana de Habitação (2015 até a presente data); Conselheiro Fiscal da Iquego (2015 até a presente data); e Conselheiro do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Goiás.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

NOME:	Nion Albernaz
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Professor; Vereador em Goiânia; Presidente da Câmara Municipal de Goiânia; Diretor Geral da Câmara Municipal de Goiânia; Diretor Geral da Administração Central da Universidade Federal de Goiás; Secretário da Fazenda da Prefeitura Municipal de Goiânia; Presidente da Companhia de Habitação do Município de Goiânia; Deputado Federal Constituinte; e Prefeito de Goiânia por três mandatos.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

<p>NOME:</p>	<p>Elie Issa El Chidiac</p>
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Ano: 1999 Local: Goiânia - Goiás Assessor do Superintendente de Comércio Exterior da Secretaria de Indústria e Comércio; e Subchefe da Assessoria para Assuntos Internacionais do Estado de Goiás.</p> <p>Ano: 2000-2009 Local: Goiânia - Goiás Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Governo de Goiás que se transformou depois para Secretária de Estado para Assuntos Internacionais.</p> <p>Ano: 2009-2011 Local: Goiânia - Goiás Secretário de Estado para Assuntos Internacionais do Estado de Goiás, Brasil.</p> <p>Ano: 2000 a 2003 Local: Goiânia - Goiás Diretor de Acesso a Mercados do Programa Especial de Exportação em Goiás - PEE do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.</p> <p>Ano: 2002 Local: Goiânia - Goiás Coordenou a criação e implementação do Protocolo de Cooperação entre Governo do Estado de Goiás, SEBRAE e Banco do Brasil para o desenvolvimento da área de comércio exterior.</p> <p>Ano: 2004 Local: Goiânia - Goiás Coordenador da visita do Presidente do BID, Sr. Henrique Iglesias com a finalidade de atrair investimentos na infraestrutura de Goiás; e intermediou a implementação do Processo Integrado de Gestão em Políticas Públicas entre o Estado de Goiás e a UNESCO.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	

NOME:	Petersonn Gomes Caparrosa Silva
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Engenheiro Eletricista e Técnico em Eletrotécnica; Especialista em Gestão de Negócios, Controladoria e Finanças Corporativas; Mestrando em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Goiás na área de Regulação do Setor Elétrico; Conselheiro de Administração certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; atuou como Assessor das Diretorias Econômico-Financeira e de Regulação da Celg Distribuição S.A. - CELG D.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

NOME:	Alladio Teixeira Alvares Neto
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Economista; Diretor na empresa Vértice Assessoria de Condomínios - Goiânia-GO - de julho/2008 até atualmente; Conselheiro na Saneamentos de Goiás - Saneago - de setembro/2011 até janeiro/2015; Gerente de Atração de Investimentos Estrangeiros na Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento de Goiás - de março/2002 até junho/2008; Assistente do Diretor Financeiro e responsável pelo Departamento de Custos - de setembro/1996 até agosto/2000; responsável pela administração administrativa e financeira da Ibuka Joalheria Ltda. - de novembro/1995 até setembro de 1996; e Trainee na EMSA - Empresa Sul-Americana de Montagens S/A - de maio/1994 a novembro de 1995.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

NOME:	Flávio Lopes de Assis
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Engenheiro Eletricista; Técnico Industrial em Eletrotécnica; Técnico Industrial em Eletrotécnica na Celg Distribuição S.A. - CELG D - de 2004 a 2007; e Técnico Industrial em Eletrotécnica na Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT - de 2007 até a presente data.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

CONSELHO FISCAL

NOME:	Enio Pascoal
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Professor; Servidor Público Estadual; Cirurgião Dentista; Vereador por 2 (dois) mandatos; Deputado Estadual por 4 (quatro) legislaturas; Secretário de Estado da Administração do Governo Estadual; Secretário de Estado para Assuntos Políticos; Presidente da Assembleia legislativa por 2 (dois) mandatos; Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás; e Presidente do Tribunal de Contas.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

NOME:	José Taveira Rocha
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Administrador; Advogado; Empregado do Banco do Estado de Goiás, no qual exerceu praticamente todas as funções da estrutura; Diretor do BDGoiás; Presidente do BDGoiás; Presidente da GoiásFomento; Presidente da ASBAN-GO; e Vice-Presidente da ABDE. Diretor Geral do Departamento de Trânsito de Goiás - Detran. Atualmente exerce o cargo de Secretário de Estado da Fazenda de Goiás.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

NOME:	Rene Pompeo de Pina
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Companhia Energética de Goiás – CELG: Chefe da Divisão de Produção de Energia; Chefe do Departamento de Operação; Superintendente de Operação, Transmissão e Distribuição; Assessor Técnico da Diretoria Técnica. Secretário de Estado de Minas, Energia e Telecomunicações de Goiás. Secretário de Estado da Fazenda de Goiás. Superintendente da SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, Ministério do Interior. Presidente da Comissão Especial da Divisão do Estado do Mato Grosso. Secretário Geral Adjunto do Ministério dos Transportes. Secretário de Estado da Fazenda do Tocantins. Superintendente Executivo da Secretaria de Estado de Goiás. Superintendente Executivo da Secretaria de Estado de Infraestrutura de Goiás. Secretário de Estado de Infraestrutura de Goiás.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	Diretor Técnico da Celg Distribuição S.A. - CELG D; Diretor Vice-Presidente da CELG D; Presidente do Conselho de Administração da Companhia Celg de Participações – Celgpar; e Diretor-Presidente da Celgpar.

NOME:	Moacyr Augusto da Silva Salomão
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	ATUAL: Gerente da Dívida Pública, órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás, desde o ano de 2007. ANTERIORES: Assessor Legislativo da Câmara dos Deputados, de 2002 ao ano de 2006. Gerente de Produção do Banco Real S.A., de 1994 ao ano de 2001. FORMAÇÃO: Graduado em Economia pela Uniceub do distrito Federal, conclusão em 1996. Pós-graduado em Investimentos, pela Universidade Federal de Goiás, conclusão em 2011. QUALIFICAÇÃO: Cursos complementares nas áreas de Finanças e Gestão. Cursos complementares em Gestão Pública.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

NOME:	Divino Aires de Araújo
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Chefe da Assessoria Jurídica do Departamento de Telecomunicações de Goiás – Detelgo; Consultor Jurídico e Assessor de Organização e Métodos da Companhia de Telecomunicações de Goiás – Cotelgo; Assessor Jurídico e Assessor da Presidência da Centrais Elétricas de Goiás S.A. – Celg; Diretor Administrativo da Saneamento de Goiás S.A. – Saneago; Diretor-Presidente da Eletra – Fundação Celg de Seguros e Previdência.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

NOME:	Divino Fernandes dos Reis
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Promotor de Justiça nas comarcas de Pontalina, Piranhas, Caiapônia e Goiânia; Assessor Parlamentar do Ministério Público do Estado de Goiás; Ouvidor-Geral de Polícia da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás; e Advogado.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

NOME:	Carlos Eduardo Pimentel Santos
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Engenheiro Mecânico, com atuação no setor elétrico, com mais de 30 anos de experiência nas áreas de acompanhamento e análise de contratos e licitações.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

NOME:	Gesmar José Vieira
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1977), graduação em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1980) e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002). Exerceu o cargo de Economista sênior da Celg Distribuição S.A. - CELG D, na função de Superintendente de Economia até o ano de 2011. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Teoria Geral da Economia e regulação econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado de Goiás, Brasil, emprego, G, crescimento e setor energético. Atualmente é outro professor e Diretor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

B. DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS:

i. qualquer condenação criminal
INEXISTENTE

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
INEXISTENTE

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer
INEXISTENTE

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
INEXISTENTE

- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
INEXISTENTE

- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
INEXISTENTE

- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor
INEXISTENTE

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor
INEXISTENTE

- b. controlador direto ou indireto do emissor
Simão Cirineu Dias - Representante do Governo de Goiás no Distrito Federal; e
José Fernando Navarrete Pena - Secretário de Estado da Fazenda de Goiás.

- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas
INEXISTENTE

Item 13 do Formulário de Referência
(Art. 12, Inciso II, Instrução CVM nº 481/2009)

- página **31** à página **43**

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos¹:

COMENTÁRIOS

A remuneração destinada aos componentes da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal é fixa, inexistindo parcela variável.

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

COMENTÁRIOS

Remuneração idêntica aos membros da Diretoria.

Remuneração igual aos componentes do Conselho de Administração.

Remuneração uniforme aos membros do Conselho Fiscal.

- b. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

COMENTÁRIOS

A remuneração anual dos membros da Diretoria corresponde ao valor total de R\$ 1.479.727,45.

A remuneração dos Conselheiros de Administração é equivalente a 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores.

A importância atribuída aos Conselheiros Fiscais é similar à remuneração destinada aos Conselheiros de Administração, sendo de 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores.

- ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

COMENTÁRIOS

Os membros da Diretoria recebem uma remuneração dividida em salário-base, gratificação de função, mais uma gratificação de gestão, representando, respectivamente, 56,99%, 9,67% e 33,33% da remuneração total.

A remuneração dos Conselheiros de Administração e dos Conselheiros Fiscais é representada por um único elemento, correspondente a 10% (dez por cento) sobre média da remuneração atribuída aos Diretores.

- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

COMENTÁRIOS

A remuneração mensal terá os mesmos reajustes que, eventualmente, forem concedidos aos empregados, e à gratificação de função será atribuída o mesmo índice de correção aplicado à demais gratificações de função.

- iv. razões que justificam a composição da remuneração

COMENTÁRIOS

Pagamento não diferenciado aos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

¹ As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

COMENTÁRIOS

Sim. Os membros da diretoria foram remunerados pela anterior coligada Celg Distribuição S.A. - CELG D e pela controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal²:

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	465.138,65	1.479.727,45	224.825,82	2.169.691,92
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	465.138,65	1.479.727,45	224.825,82	2.169.691,92

² Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	373.177,23	1.243.924,11	207.320,69	1.824.422,03
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	373.177,23	1.243.924,11	207.320,69	1.824.422,03

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	373.177,23	1.243.924,11	207.320,69	1.824.422,03
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	373.177,23	1.243.924,11	207.320,69	1.824.422,03

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	4	16
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	328.402,62	1.094.675,40	145.956,72	1.569.034,74
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	328.402,62	1.094.675,40	145.956,72	1.569.034,74

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2012	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	4	16
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	216.000,00	720.000,00	96.000,00	1.032.000,00
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	216.000,00	720.000,00	96.000,00	1.032.000,00

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social⁴

Administradores ou Conselheiros Fiscais	Número de ações ordinárias detidas na CELGP
Conselheiros de Administração	3
Diretores	0
Conselheiros Fiscais	2

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo⁵:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo⁶:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

³ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

⁴ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

⁵ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

⁶ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

COMENTÁRIOS
INEXISTENTE

13.11. Indicação, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal⁷:

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Maior remuneração individual (R\$)	3.795,62	37.956,14	3.795,62	45.547,38
Menor remuneração individual (R\$)	3.795,62	37.956,14	3.795,62	45.547,38
Remuneração Média individual (R\$)	3.795,62	37.956,14	3.795,62	45.547,38

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Maior remuneração individual (R\$)	3.455,48	34.554,75	3.455,48	41.465,71
Menor remuneração individual (R\$)	3.455,48	34.554,75	3.455,48	41.465,71
Remuneração Média individual (R\$)	3.455,48	34.554,75	3.455,48	41.465,71

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Maior remuneração individual (R\$)	3.101,58	31.015,83	3.101,58	37.2018,99
Menor remuneração individual (R\$)	3.101,58	31.015,83	3.101,58	37.2018,99
Remuneração Média individual (R\$)	3.101,58	31.015,83	3.101,58	37.2018,99

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	4	16
Maior remuneração individual (R\$)	2.806,86	28.068,60	2.806,86	33.682,32
Menor remuneração individual (R\$)	2.806,86	28.068,60	2.806,86	33.682,32
Remuneração Média individual (R\$)	2.806,86	28.068,60	2.806,86	33.682,32

⁷ Para averiguação dos valores a serem inseridos neste item, utilizar os critérios estabelecidos no item 13.2.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2012	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	4	16
Maior remuneração individual (R\$)	2.000,00	24.000,00	2.000,00	28.000,00
Menor remuneração individual (R\$)	2.000,00	24.000,00	2.000,00	28.000,00
Remuneração Média individual (R\$)	2.000,00	24.000,00	2.000,00	28.000,00

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

**ANEXO 9-1-II da Instrução CVM nº 481/2009
(Art. 9º, § 1º, Inciso II, Instrução CVM nº 481/2009)**

- **página 45 à página 48**

**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2016**

1. Informar o lucro líquido do exercício
R\$1.444.025.489,29 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos)
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados
Inexistente.
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído
Inexistente.
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores
Inexistente.
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
 - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
Inexistente.
 - b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
Inexistente.
 - c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
Inexistente.
 - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento
Inexistente.
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores
 - a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
Inexistente.
 - b. Informar a data dos respectivos pagamentos
Inexistente.
7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
 - a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
O lucro líquido apurado do exercício de 2016 totalizou R\$1.444.025.489,29 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos). Não foram apurados lucros líquidos nos exercícios sociais encerrados em 2015 e 2014.
 - b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores
Inexistente.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal
 - a. Identificar o montante destinado à reserva legal
Inexistente.
 - b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal
Inexistente.
9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos
 - a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
Inexistente.
 - b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
Inexistente.
 - c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
Inexistente.
 - d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
Inexistente.
 - e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
Inexistente.
10. Em relação ao dividendo obrigatório
 - a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
Apurado o lucro líquido do exercício, dele far-se-á o destaque de 5% (cinco por cento) para a constituição ou aumento da reserva legal de que trata o Art. 193, da Lei nº 6.404/1976, até que seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social (Art. 43, caput, Estatuto Social vigente). O lucro remanescente será assim distribuído: 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado para pagamento de dividendos aos acionistas (Art. 45, inciso I, Estatuto Social vigente); e o saldo remanescente terá o destino que a Assembleia Geral determinar, consubstanciado em proposta da Diretoria, consultados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (Art. 45, inciso II, Estatuto Social vigente). Os dividendos atribuídos às ações serão colocados à disposição dos acionistas dentro de 60 (sessenta) dias, contados da realização da Assembleia Geral responsável pela declaração dos dividendos (Art. 45, § 1º, Estatuto Social vigente). Quando a situação financeira não permitir o pagamento dos dividendos nos prazos previstos no parágrafo primeiro, Art. 45, Estatuto Social vigente, a Diretoria fixará novos prazos, comunicando-os aos interessados, depois de consultado o Conselho de Administração (Art. 45, § 2º, Estatuto Social vigente). Os dividendos previstos no Art. 45, do Estatuto Social vigente, não serão obrigatórios no exercício social em que a Diretoria, dando prévio conhecimento ao Conselho de Administração, informar à Assembleia Geral ser o desembolso incompatível com a situação financeira da Sociedade, caso em que o Conselho Fiscal emitirá parecer sobre a informação (Art. 45, § 3º, Estatuto Social vigente). Os dividendos que deixarem de ser distribuídos nos termos do parágrafo terceiro, Art. 45, do Estatuto Social vigente, serão

registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos assim que a situação financeira da Sociedade permitir (Art. 45, § 4º, Estatuto Social vigente). Reverterão à Sociedade os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados do dia fixado para o pagamento (Art. 45, § 5º, Estatuto Social vigente).

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente
Inexistente.
- c. Informar o montante eventualmente retido
Inexistente.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
Inexistente.
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
Inexistente.
- c. Justificar a retenção dos dividendos
Inexistente.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
Inexistente.
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
Inexistente.
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
Inexistente.
- d. Justificar a constituição da reserva
Inexistente.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
Inexistente.
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
Inexistente.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
Inexistente.
- b. Identificar o montante destinado à reserva
Inexistente.
- c. Descrever como o montante foi calculado
Inexistente.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
Inexistente.
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital
Inexistente.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva
Inexistente.
- b. Explicar a natureza da destinação
Inexistente.

17. Havendo destinação de resultado para a absorção de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei nº 6.404/1976

- a. Informar o montante destinado à absorção de prejuízos acumulados
R\$1.444.025.489,29 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos), referente à totalidade do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31.12.2016

Item 10 do Formulário de Referência
(Art. 9º, Inciso III, Instrução CVM nº 481/2009)

- página **50** à página **77**



ANEXO 24

Conteúdo do Formulário de Referência

10. Comentários dos diretores	
10.1. Comentários dos diretores sobre:	
a. condições financeiras e patrimoniais gerais	
<p><u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016</u></p> <p>Destaca-se, como fato relevante neste exercício social, o leilão da totalidade das ações de propriedade da Companhia Celg de Participações - Celgpar ("Celgpar") na Celg Distribuição S.A. – Celg D ("Celg D"), ocorrido em 30 de novembro de 2016, tendo a sua liquidação financeira ocorrido em 14 de fevereiro de 2017, em função da inclusão desta anterior Coligada da Celgpar no Programa Nacional de Desestatização – PND, em maio de 2015.</p> <p>Em relação à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um lucro líquido do exercício da ordem de R\$ 242.484 mil, tendo apresentado resultado operacional e financeiro positivos ao final do exercício social. Esta situação se fundamenta no processo de recomposição de sua Receita Anual Permitida com base em investimentos corporativos e investimentos em sociedades de propósitos específicos, bem como no reconhecimento da receita advinda da indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC.</p> <p><u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015</u></p> <p>Destaca-se, como fato relevante neste exercício social, a liquidação financeira do processo de troca de controle acionário da Coligada Celg D com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, ocorrida em janeiro de 2015 e, por determinação da União, a inclusão desta Coligada no Programa Nacional de Desestatização – PND, ocorrido em maio de 2015.</p> <p>Em relação à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um lucro líquido do exercício da ordem de R\$ 16.234 mil, tendo apresentado resultado operacional negativo e resultado financeiro positivo ao final do exercício social. Esta situação se fundamenta no processo de recomposição de sua Receita Anual Permitida com base em investimentos corporativos e investimentos em sociedades de propósitos específicos.</p> <p>Já em relação à Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D, o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar se deu pela captura do reflexo da equivalência patrimonial aplicada sobre prejuízo do exercício à razão de R\$ 499.713 mil.</p> <p><u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014</u></p>	



CVM Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

A Diretoria da Companhia continuou, ao longo do exercício de 2014, promovendo ações estratégicas e financeiras, visando o equilíbrio econômico, financeiro e operacional, e a geração de fluxos de caixa, tanto sob a perspectiva de suas operações, quando da perspectiva das operações de sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, e de sua Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D. Destaca-se, como fato relevante neste exercício social, a captação de recursos de longo prazo pela Companhia, na ordem de R\$ 1,9 bilhão, para a capitalização, saneamento de obrigações entre partes relacionadas e operação de mútuo com a sua

Celg D, como parte das negociações efetuadas com a Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras e Estado de Goiás, vinculadas ao processo de alienação de 51% das ações ordinárias desta Coligada.

Em relação à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um prejuízo líquido do exercício da ordem de R\$ 2.498 mil, tendo apresentado resultado operacional negativo e resultado financeiro positivo ao final do exercício social.

Já em relação à Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D, o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar se deu pela captura do prejuízo do exercício à razão de R\$ 569.539 mil.

Por fim, enumera-se que a Administração da Celgpar, com relação às concessões de Geração e Transmissão, permanece atuando no sentido de manter as condições de equilíbrio econômico-financeiro destas atividades, especificamente na realização de novos investimentos que garantam o crescimento da Receita Anual Permitida – RAP e Receita das Atividades de Geração – RAG. Observação semelhante se faz em relação à concessão de distribuição, onde a Administração da Celgpar, conjuntamente à Administração alocada na Coligada Celg D pela Eletrobras – sua atual Controladora, também acompanhou e monitora os desdobramentos relacionados à estrutura do setor elétrico, permanecendo no aguardo da prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica.



b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

No exercício de 2016, o componente circulante de peso em relação ao endividamento da Celgpar se refere à provisão para pagamento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido de 2016, no total de R\$ 292.761 mil. Os componentes não circulantes de peso em relação ao endividamento da Celgpar se referem aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital já promovidos pelo Estado de Goiás, que totalizaram R\$ 1.422.416 mil, e ao montante da assunção de dívida feita pelo Estado de Goiás junto à Caixa Econômica Federal, referente a operação de empréstimo do ano de 2014, que totalizou R\$ 2.157.785 mil.

Total dos capitais de terceiros consolidado: R\$4.024.506 mil

Total dos capitais próprios consolidado: -R\$1.900.626 mil (passivo a descoberto)

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

Verifica-se que o endividamento da Coligada Celg D tornou a ter peso relevante em relação ao endividamento da Celgpar, representado especificamente pela rubrica de "Provisão para Desvalorização de Participação Societária" que, ao final do exercício social de 2015 totalizou R\$ 466.100 mil, determinada pela sua situação de Passivo a Descoberto. No exercício de 2015, os componentes não circulantes de peso em relação ao endividamento da Celgpar se referem aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital já promovidos pelo Estado de Goiás, que totalizaram R\$ 1.422.416 mil, e ao Empréstimo contraído em 2014 que foi capitalizado e injetado na Coligada Celg D, que totalizou R\$ 2.073.892 mil.

Total dos capitais de terceiros consolidado: R\$3.990.584 mil

Total dos capitais próprios consolidado: -R\$3.347.557 mil (passivo a descoberto)

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

Verifica-se que no contexto operacional da holding Celgpar, o endividamento da Coligada Celg D era o que representava o maior peso em relação ao endividamento total constante do balanço consolidado, representado especificamente pela rubrica de "Provisão para Desvalorização de Participação Societária" que, ao final do exercício social de 2013 totalizava R\$ 1.029.792 mil, determinada pela sua situação de Passivo a Descoberto. No exercício de 2014, observa-se a mutação na estrutura de capital consolidada da Celgpar, pelos seguintes motivos: a) reconfiguração da situação de passivo a descoberto da Coligada Celg D, mediante a sua capitalização pela Celgpar e, por sua vez, fechamento do exercício na situação de Patrimônio Líquido Positivo; e b) reestruturação de suas obrigações, mediante a captação de recursos de longo prazo junto a instituição financeira, capitalizados e injetados na Celg D, com três anos de carência e prazo de amortização em 10 anos gerando, portanto, a permutação de um montante considerável de suas obrigações do Passivo Circulante para o Passivo Não Circulante.

Total dos capitais de terceiros consolidado: R\$3.392.161 mil

Total dos capitais próprios consolidado: -R\$2.727.272 mil (passivo a descoberto)

hipóteses de resgate



Não aplicável aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2016, 31.12.2015 e 31.12.2014.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 8.339 mil, sendo R\$ 3.481 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 4.858 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 99,60% inferior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2015, em função da assunção de dívida efetuada pelo controlador da Celgpar – Estado de Goiás (“Estado”).

A Dívida Líquida (excluindo-se as obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumentam de capital), em dezembro de 2016, totalizou R\$ 2.592.911 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor consolidado positivo de R\$ 347.429 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 7,46 vezes (em valores absolutos), posição bem mais confortável, quando comparada ao exercício de 2015, em relação à capacidade de pagamento.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 2.085.265 mil, sendo R\$ 3.341 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 2.081.624 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 7,15% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2014.

A Dívida Líquida (excluindo-se as obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumentam de capital), em dezembro de 2015, totalizou R\$ 2.563.925 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor negativo de R\$ 7.790 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 329,13 vezes (em valores absolutos), posição não confortável em relação à capacidade de pagamento. Apesar disto, observa-se que o principal item desta dívida diz respeito ao empréstimo de longo prazo, captado em 2014 sob condições de três anos de carência e prazo de amortização em 10 anos, com garantia da União e contra garantia do Estado de Goiás.

No que concerne aos itens de dívida junto a Instituições Financeiras, o saldo consolidado totalizou R\$ 2.085.265 mil e a relação Dívida junto a Instituições Financeiras/EBTIDA foi de aproximadamente 267,68 vezes (em valores absolutos), posição esta não confortável em relação à capacidade de pagamento, porém vinculada, em sua maioria, ao empréstimo de longo prazo.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014



Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 1.946.047 mil, sendo R\$ 3.324 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 1.942.723 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 11.126,76% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2013, principalmente pelo fato de ter ocorrido a captação, pela Celgpar, do montante de R\$ 1.900.000 mil em setembro de 2014, fruto das negociações da troca de controle acionário da sua Coligada Celg D.

A Dívida Líquida (excluindo-se as obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumentam de capital), em dezembro de 2014, totalizou R\$ 1.966.584 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor negativo de R\$ 2.568 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 765,80 vezes (em valores absolutos), posição não confortável em relação à capacidade de pagamento. Apesar disto, observa-se que o principal item desta dívida diz respeito ao empréstimo de longo prazo, captado sob condições de três anos de carência e prazo de amortização em 10 anos, com garantia da União e contra garantia do Estado de Goiás.

No que concerne aos itens de dívida junto a Instituições Financeiras, o saldo consolidado totalizou R\$ 1.946.047 mil e a relação Dívida junto a Instituições Financeiras/EBTIDA foi de aproximadamente 757,81 vezes (em valores absolutos), posição esta não confortável em relação à capacidade de pagamento, porém vinculada, em sua maioria, ao empréstimo de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e

EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2016, 2015 E 2014

As principais fontes de financiamento para capital de giro, refletidos nos números consolidados do exercício de 2016, concentraram-se em gerações de caixa das atividades operacionais, mediante o recebimento de Clientes da Controlada Celg GT e das atividades de investimento, especificamente no tocante à manutenção de recursos em caixa para fazer frente às operações, decorrente do recebimento da Indenização do Ativo Financeiro da Transmissão pela Controlada Celg GT.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016, 2015 E 2014

A Companhia captará recursos por meio de contratos financeiros com instituições de grande e médio porte, quando necessário, os quais serão empregados no financiamento das necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção das disponibilidades de caixa em nível que acredita apropriado para o desempenho de suas atividades. Do ponto de vista operacional a Companhia buscará estratégias para cobertura de deficiências de liquidez mediante o fluxo futuro de dividendos de sua Controlada Celg GT ("Celg GT"), bem como através da instrumentalização de Contrato de AFAC remunerado com a Celg GT, formalizado ao final do exercício social de 2016.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.



EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado nas respectivas datas:

PASSIVO	CONSOLIDADO			
	31/12/2016	AV%	AH%	31/12/2015
	REAPRESENTADO			
CIRCULANTE				
Fornecedores	6.209	0,15%	261,62%	1.717
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.254	0,03%	15,36%	1.087
Tributos e Contribuições Sociais	295.310	7,34%	12617,92%	2.322
Empréstimos e Financiamentos	3.481	0,09%	4,19%	3.341
Obrigações Estimadas	2.829	0,07%	24,24%	2.277
Encargos Setoriais	2.170	0,05%	-29,68%	3.086
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	-	0,00%	-100,00%	466.100
Outros Credores	463	0,01%	-80,26%	2.345
	311.716	7,75%	-35,37%	482.275
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.422.416	35,34%	0,00%	1.422.416
Empréstimos e Financiamentos (a)	4.858	0,12%	-99,77%	2.081.924
Encargos Setoriais	2.316	0,06%	22,73%	1.887
Transações com Partes Relacionadas	2.157.875	53,62%	100,00%	-
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	653	0,02%	100,00%	485
Provisões para Contingências	5.697	0,14%	284,67%	1.481
Outros Credores	118.975	2,96%	290082,93%	41
	3.712.790	92,25%	5,83%	3.508.234
	4.024.506	100,00%	0,85%	3.990.509

Com relação às obrigações circulantes, a maior concentração se refere à Provisão para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido de 2016, no montante de R\$292.761 mil.

Com relação às obrigações não circulantes, observa-se que a maior concentração se refere ao montante da assunção de dívida efetuada pelo Estado, em relação à operação pregressa com a Caixa Econômica Federal, no total de R\$2.157.875 mil; e aos Empréstimos e Financiamentos e aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizando R\$ 1.422.416 mil, correspondentes aos seguintes itens:

- R\$16.585 mil em datas distintas desde 30.06.2009, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Celgpar. Deste total, R\$470 mil ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Celg D, objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Celg D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- R\$35.720 mil, em 30 de setembro de 2014, ingressante na Celgpar e aportado posteriormente na Celg D.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes	Não aplicável.
ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras	Não aplicável.
iii. grau de subordinação entre as dívidas	Não aplicável.
iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário	Não aplicável.



EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado nas respectivas datas:

PASSIVO	CONSOLIDADO			
	31/12/2015	AV%	AH%	31/12/2014
	RECLASSIFICADO			
CIRCULANTE				
Fornecedores	1.717	0,04%	396,24%	346
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.087	0,03%	52,88%	711
Tributos e Contribuições Sociais	2.177	0,05%	-17,97%	2.654
Empréstimos e Financiamentos	3.341	0,08%	0,51%	3.324
Obrigações Estimadas	2.277	0,06%	59,45%	1.428
Encargos Setoriais	4.973	0,12%	158,47%	1.924
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	466.100	11,68%	100,00%	-
Outros Credores	2.345	0,06%	-76,77%	10.095
	484.017	12,13%	2263,13%	20.482
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.422.416	35,64%	0,03%	1.421.946
Empréstimos e Financiamentos (a)	2.081.924	52,17%	7,17%	1.942.723
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	485	0,01%	100,00%	-
Provisões para Contingências	1.481	0,04%	-17,03%	1.785
Outros Credores	261	0,01%	-95,00%	5.225
	3.506.567	87,87%	4,00%	3.371.679
	3.990.584	100,00%	17,64%	3.392.161

Com relação às obrigações circulantes, a maior concentração se refere à Provisão para Desvalorização da Participação Societária na Coligada Celg D.

Com relação às obrigações não circulantes, observa-se que a maior concentração se refere aos Empréstimos e Financiamentos e aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizando R\$ 1.422.416 mil, correspondentes aos seguintes itens:

- e) R\$16.585 mil em datas distintas desde 30.06.2009, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Celgpar. Deste total, R\$470 mil ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- f) R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Coligada Celg D, objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- g) R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Coligada Celg D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- h) R\$35.720 mil, em 30 de setembro de 2014, ingressante na Celgpar e aportado posteriormente na Coligada Celg D.

V. contratos de empréstimo e financiamento relevantes	Mútuo efetuado com a Caixa Econômica Federal em setembro de 2014, no valor de R\$1,9 bilhão, carência de 3 anos e amortização em 10 anos, corrigidos à razão de 6,5% a.a. Estes recursos, conforme plano de usos contratual foi utilizado na capitalização da Coligada Celg D.
Vi. outras relações de longo prazo com instituições financeiras	Não aplicável.
Vii. grau de subordinação entre as dívidas	Não aplicável.
Viii. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário	O Mútuo efetuado com a Caixa Econômica Federal em setembro de 2014, descrito no item "i" acima apresenta garantia da União e contragarantia do Estado de Goiás, com cláusulas específicas que restringem a alienação, por parte do emissor, de ativos, de controle societário e qualquer reestruturação societária, sem a prévia anuência da Caixa Econômica Federal e da própria União. Os contratos de garantia e contragarantia também possuem cláusulas que vinculam a distribuição de dividendos por parte do emissor, de sua Controlada e de sua Coligada, ao respectivo pagamento, em primeiro momento, do montante contraído no empréstimo.



EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado nas respectivas datas:

PASSIVO	CONSOLIDADO			
	31/12/2014	AV%	AM%	31/12/2013
CIRCULANTE				
Fornecedores	346	0,01%	-76,38%	1.465
Folha de Pagamento	1.939	0,06%	16,39%	1.666
Tributos e Contribuições Sociais	5.286	0,16%	9,31%	4.836
Empréstimos e Financiamentos	3.324	0,10%	-5,14%	3.504
Obrigações Estimadas	1.846	0,05%	12,42%	1.642
Taxas Regulamentares	1.924	0,06%	24,21%	1.549
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	-	0,00%	-100,00%	1.029.792
Transações com Partes Relacionadas	21	0,00%	-99,96%	47.525
Outros	8.846	0,26%	354,34%	1.947
	23.532	0,69%	-97,85%	1.093.926
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.421.946	41,92%	2,73%	1.384.111
Empréstimos e Financiamentos	1.942.723	57,27%	13947,17%	13.830
Tributos e Contribuições Sociais	-	0,00%	-100,00%	2.134
Transações com Partes Relacionadas	-	0,00%	-100,00%	61.555
Provisões para Contingências	1.785	0,05%	195,04%	605
Outros	2.175	0,06%	-45,09%	3.961
	3.368.629	99,31%	129,75%	1.466.196
	3.392.161	100,00%	32,50%	2.560.122

Com relação às obrigações não circulantes, observa-se que a maior concentração se refere aos Empréstimos e Financiamentos e aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizando R\$ 1.421.946 mil, correspondentes aos seguintes itens:

- i) R\$16.115 mil em datas distintas desde 30.06.2009, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Celgpar. Deste total, R\$2.115 mil ocorreram no exercício social de 2014, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- j) R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Coligada Celg D, objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- k) R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Coligada Celg D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- l) R\$35.720 mil, em 30 de setembro de 2014, ingressante na Celgpar e aportado posteriormente na Coligada Celg D.

ix.	contratos de empréstimo e financiamento relevantes	Mútuo efetuado com a Caixa Econômica Federal em setembro de 2014, no valor de R\$1,9 bilhão, carência de 3 anos e amortização em 10 anos, corrigidos à razão de 6,5% a.a. Estes recursos, conforme plano de usos contratual foi utilizado na capitalização da Coligada Celg D.
x.	outras relações de longo prazo com instituições financeiras	Não aplicável.
xi.	grau de subordinação entre as dívidas	Não aplicável.
xii.	eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário	O Mútuo efetuado com a Caixa Econômica Federal em setembro de 2014, descrito no item "i" acima apresenta garantia da União e contragarantia do Estado de Goiás, com cláusulas específicas que restringem a alienação, por parte do emissor, de ativos, de controle societário e qualquer reestruturação societária, sem a prévia anuência da Caixa Econômica Federal e da própria União. Os contratos de garantia e contragarantia também possuem cláusulas que vinculam a distribuição de dividendos por parte do emissor, de sua Controlada e de sua Coligada, ao respectivo pagamento, em primeiro momento, do montante contraído no empréstimo.



g. limites de utilização dos financiamentos já contratados	
<u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016</u>	
Os financiamentos contratados já foram totalmente desembolsados nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2016, 31.12.2015 e 31.12.2014.	
h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras	



EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Principais Alterações nas Contas de Resultado:

	CONTROLADORA								
	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%	2014	AH%	AV%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Custos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Despesas Operacionais	(2.659)	31,24%	-0,18%	(2.026)	17,93%	0,33%	(1.718)	100,00%	0,28%
Receitas Financeiras	8.679	13,35%	0,60%	7.657	371,20%	-1,24%	1.625	100,00%	0,265%
Despesas Financeiras	(83.895)	-40,93%	-5,81%	(142.033)	116,99%	22,98%	(65.457)	100,00%	10,677%
Resultado Financeiro	(75.216)	-44,03%	-5,21%	(134.376)	110,52%	21,74%	(63.832)	100,00%	10,412%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	349.963	2055,74%	24,24%	16.234	-749,88%	-2,63%	(2.498)	100,00%	-0,41%
RESULTADO OPERACIONAL	272.088	126,42%	18,84%	(120.168)	76,59%	19,44%	(68.048)	100,00%	11,10%
OUTRAS RECEITAS	1.464.699	85066,92%	101,43%	1.720	-93,00%	-0,28%	24.564	100,00%	-4,01%
OUTRAS DESPESAS	-	-100,00%	0,00%	(499.716)	100,00%	80,84%	(569.539)	100,00%	92,90%
OUTROS RESULTADOS	1.464.699	194,12%	101,43%	(497.996)	-8,62%	80,56%	(544.975)	100,00%	88,90%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMPOSTO DE RENDA	1.736.787	180,96%	120,27%	(618.164)	0,84%	100,00%	(613.023)	100,00%	100,00%
Imposto de Renda	(215.264)	100,00%	-14,91%	-	-100,00%	0,00%	(20)	100,00%	0,003%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(77.497)	100,00%	-5,37%	-	-100,00%	0,00%	(9)	100,00%	0,001%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.444.026	133,60%	100,00%	(618.164)	0,83%	100,00%	(613.052)	100,00%	100,00%
LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	44,06	133,60%		(18,86)	0,83%		(18,71)	100,00%	

	CONSOLIDADO								
	2016	AH%	AV%	2014	AH%	AV%	2014	AH%	AV%
Receita Operacional	465.754	576,95%	-	68.802	15,81%	-	59.408	100,00%	-
(-)Deduções à Receita Operacional	(24.149)	32,16%	-	(18.273)	113,37%	-	(8.564)	100,00%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	441.605	773,96%	100,00%	50.529	-0,62%	100,00%	50.844	100,00%	100,00%
(-)Custos	(64.000)	62,41%	-14,49%	(39.407)	-1,85%	-77,99%	(40.148)	100,00%	-78,96%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	377.605	3295,12%	85,51%	11.122	3,98%	22,01%	10.696	100,00%	21,04%
(-)Despesas Operacionais	(32.280)	45,41%	-7,31%	(22.199)	27,30%	-43,93%	(17.438)	100,00%	-34,30%
Receitas Financeiras	20.967	-41,66%	4,75%	35.940	105,71%	71,13%	17.471	100,00%	34,36%
Despesas Financeiras	(85.807)	-40,33%	-19,43%	(143.807)	83,68%	-284,60%	(78.293)	100,00%	-153,99%
Resultado Financeiro	(64.840)	-39,89%	-14,68%	(107.867)	77,35%	-213,48%	(60.822)	100,00%	-119,62%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	118.784	263864,44%	26,90%	45	-96,62%	0,09%	1.331	100,00%	2,62%
RESULTADO OPERACIONAL	399.269	235,81%	90,41%	(118.899)	79,52%	-235,31%	(66.233)	100,00%	-130,27%
OUTRAS RECEITAS	1.464.699	78004,94%	331,68%	1.861	-92,66%	3,68%	25.345	100,00%	49,85%
OUTRAS DESPESAS	(8.124)	-98,37%	-1,84%	(499.713)	100,00%	-988,96%	(569.539)	100,00%	-1120,17%
OUTROS RESULTADOS	1.456.575	192,57%	329,84%	(497.852)	8,52%	-985,28%	(544.194)	100,00%	-1070,32%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMP.DE RENDA	1.855.844	200,91%	420,25%	(616.751)	-1,04%	-1220,59%	(610.427)	100,00%	-1200,59%
Imposto de Renda	(302.781)	29182,50%	-68,56%	(1.034)	-46,31%	-2,05%	(1.926)	100,00%	-3,79%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(109.037)	28669,98%	-24,69%	(379)	-45,78%	-0,75%	(699)	100,00%	-1,37%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.444.026	133,60%	326,99%	(618.164)	-0,83%	-1223,39%	(613.052)	100,00%	-1205,75%
LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	44,06	133,60%		(18,86)	-0,83%		(18,71)	100,00%	
EBITDA	347.429	4359,94%		(7.790)	137,79%		(3.276)	100,00%	

As principais alterações ocorridas nas contas do resultado consolidado se referem a:

- Aumento na receita operacional, recomposição da RAP da Concessão de Transmissão e indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC;
- Aumento do lucro operacional bruto;
- Aumento das despesas operacionais;
- Diminuição do resultado financeiro negativo;
- Aumento significativo de outras receitas, decorrente do ganho de capital reconhecido na alienação da participação societária na Celg D.



Principais Alterações nas Contas Patrimoniais:

	CONTROLADORA								
	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%	2014	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
ATIVO									
Circulante	1.167.315	68243,97%	59,16%	1.708	-97,13%	0,28%	59.554	100,00%	9,45%
Não Circulante	805.944	30,30%	40,84%	618.543	8,43%	99,72%	570.446	100,00%	90,55%
Realizável a Longo Prazo	127.920	-44,36%	6,48%	229.898	100,00%	37,07%	222.355	0,00%	35,29%
Investimentos	678.020	74,46%	34,36%	388.639	11,65%	62,66%	348.080	100,00%	55,25%
Imobilizado	4	-33,33%	0,000%	6	-45,45%	0,00%	11	100,00%	0,0017%
TOTAL DO ATIVO	1.973.259	218,14%	100,00%	620.251	-1,55%	100,00%	630.000	100,00%	100,00%

PASSIVO

Circulante	293.081	-37,37%	14,85%	467.941	28700,74%	75,44%	1.746	100,00%	0,28%
Não Circulante	3.580.804	2,40%	181,47%	3.496.793	4,21%	563,77%	3.355.526	100,00%	532,62%
Patrimônio Líquido	(1.900.626)	-43,17%	-96,32%	(3.344.483)	22,63%	-539,21%	(2.727.272)	100,00%	-432,90%
Capital Realizado	973.764	0,00%	49,35%	973.764	0,00%	157,00%	973.764	100,00%	154,57%
Prejuízos Acumulados	(2.862.669)	-33,53%	-145,07%	(4.306.695)	16,66%	-894,35%	(3.691.605)	100,00%	-585,97%
Outros Resultados Abrangentes	(11.721)	1,46%	-0,59%	(11.552)	100,00%	-1,86%	(9.431)	100,00%	-1,50%
TOTAL DO PASSIVO	1.973.259	218,14%	100,00%	620.251	-1,55%	100,00%	630.000	100,00%	100,00%

CONSOLIDADO

	CONSOLIDADO								
	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%	2014	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
ATIVO									
Circulante	1.284.606	521,09%	60,48%	206.831	-7,52%	32,02%	223.641	100,00%	33,64%
Não Circulante	839.274	91,09%	39,52%	439.195	-0,47%	67,98%	441.248	100,00%	66,36%
Realizável a Longo Prazo	692.269	114,10%	32,59%	323.345	6,78%	50,05%	302.823	100,00%	45,54%
Investimentos	135.225	28,06%	6,37%	105.596	0,81%	16,35%	104.752	100,00%	15,75%
Imobilizado	11.348	23,17%	0,53%	9.213	-72,01%	1,43%	32.917	100,00%	4,95%
Intangível	432	-58,50%	0,02%	1.041	37,70%	0,16%	756	100,00%	0,11%
TOTAL DO ATIVO	2.123.880	228,76%	100,00%	646.026	-2,84%	100,00%	664.889	100,00%	100,00%

PASSIVO

Circulante	311.716	-35,37%	14,68%	482.275	2254,83%	74,65%	20.482	100,00%	3,08%
Não Circulante	3.712.790	5,83%	174,81%	3.508.234	4,05%	543,05%	3.371.679	100,00%	507,10%
Patrimônio Líquido	(1.900.626)	-43,17%	-89,49%	(3.344.483)	22,63%	-517,70%	(2.727.272)	100,00%	-410,18%
Capital Realizado	973.764	0,00%	45,85%	973.764	0,00%	150,73%	973.764	100,00%	146,46%
Prejuízos acumulados	(2.862.669)	-33,53%	-134,78%	(4.306.695)	16,66%	-866,64%	(3.691.605)	100,00%	-555,22%
Outros Resultados Abrangentes	(11.721)	1,46%	-0,55%	(11.552)	100,00%	-1,79%	(9.431)	100,00%	-1,42%
TOTAL DO PASSIVO	2.123.880	228,76%	100,00%	646.026	-2,84%	100,00%	664.889	100,00%	100,00%



EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

Principais Alterações nas Contas de Resultado:

	CONTROLADORA								
	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Custos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Despesas Operacionais	(1.718)	31,75%	0,28%	(1.304)	-14,10%	-9,09%	(1.518)	100,00%	0,19%
Receitas Financeiras	1.625	11507,14%	-0,27%	14	75,00%	0,10%	8	100,00%	0,001%
Despesas Financeiras	(65.457)	272637,50%	10,68%	(24)	41,18%	-0,17%	(17)	100,00%	0,002%
Resultado Financeiro	(63.832)	638220,00%	10,41%	(10)	11,11%	-0,07%	(9)	100,00%	0,001%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.498)	-118,61%	0,41%	13.422	2167,23%	93,53%	592	100,00%	0,07%
RESULTADO OPERACIONAL	(68.048)	-662,01%	11,10%	12.108	1194,97%	84,38%	(935)	100,00%	0,12%
OUTRAS RECEITAS	24.564	929,94%	-4,01%	2.385	38,66%	16,62%	1.720	100,00%	-0,22%
OUTRAS DESPESAS	(569.539)	100,00%	92,90%	-	-100,00%	0,00%	(798.060)	100,00%	100,09%
OUTROS RESULTADOS	(544.975)	-22850,10%	88,90%	2.385	100,30%	16,62%	(796.340)	100,00%	99,88%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMP.DE RENDA	(613.023)	-4329,79%	100,00%	14.493	101,82%	101,00%	(797.275)	100,00%	99,99%
Imposto de Renda	(20)	-80,00%	0,00%	(100)	222,58%	-0,70%	(31)	100,00%	0,004%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(9)	-79,07%	0,00%	(43)	138,89%	-0,30%	(18)	100,00%	0,002%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(613.052)	-4372,14%	100,00%	14.350	101,80%	100,00%	(797.324)	100,00%	100,00%
PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	(18,71)			0,44			(24,33)		

	CONSOLIDADO								
	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%
Receita Operacional	60.268	-2,62%	-	61.892	-17,44%	-	74.964	100,00%	-
(-)Deduções à Receita Operacional	(8.185)	21,39%	-	(6.743)	-57,33%	-	(15.804)	100,00%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	52.083	-5,56%	100,00%	55.149	-6,78%	100,00%	59.160	100,00%	100,00%
(-)Custos	(40.606)	-16,53%	-77,96%	(48.646)	16,40%	-88,21%	(41.792)	100,00%	-70,64%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	11.477	76,49%	22,04%	6.503	-62,56%	11,79%	17.368	100,00%	29,36%
(-)Despesas Operacionais	(17.511)	35,86%	-33,62%	(12.889)	17,51%	-23,37%	(10.968)	100,00%	-18,54%
Receitas Financeiras	17.486	3,42%	33,57%	16.907	415,30%	30,66%	3.281	100,00%	5,55%
Despesas Financeiras	(78.249)	332,63%	-150,24%	(18.087)	16,23%	-32,80%	(15.562)	100,00%	-26,30%
Resultado Financeiro	(60.763)	5049,41%	-116,67%	(1.180)	-90,39%	-2,14%	(12.281)	100,00%	-20,76%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	1.345	-86,49%	2,58%	4.014	-20,62%	7,28%	5.057	100,00%	8,55%
RESULTADO OPERACIONAL	(65.452)	1742,68%	-125,67%	(3.552)	331,07%	-6,44%	(824)	100,00%	-1,39%
OUTRAS RECEITAS	24.564	-10,34%	47,16%	27.398	1492,91%	49,68%	1.720	100,00%	2,91%
OUTRAS DESPESAS	(569.539)	100,00%	-1093,52%	-	-100,00%	0,00%	(798.060)	100,00%	-1348,99%
OUTROS RESULTADOS	(544.975)	-2089,11%	-1046,36%	27.398	103,44%	49,68%	(796.340)	100,00%	-1346,08%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMP.DE RENDA	(610.427)	-2659,87%	-1172,03%	23.846	102,99%	43,24%	(797.164)	100,00%	-1347,47%
Imposto de Renda	(1.926)	-72,38%	-3,70%	(6.974)	6240,00%	-12,65%	(110)	100,00%	-0,19%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(699)	-72,28%	-1,34%	(2.522)	4944,00%	-4,57%	(50)	100,00%	-0,08%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(613.052)	-4372,14%	-1177,07%	14.350	101,60%	26,02%	(797.324)	100,00%	-1347,74%
LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	(18,71)			0,44			(24,33)		
EBITDA / LAJIDA	(2.568)	-11,72%		(2.909)	-112,46%		23.338	100,00%	

As principais alterações ocorridas nas contas do resultado consolidado se referem a:

- Aumento do lucro operacional bruto;
- Aumento das despesas operacionais;
- Aumento do resultado financeiro negativo;
- Aumento de outras despesas, caracterizadas pelo reflexo da provisão para desvalorização do investimento na Coligada Celg D, estabelecido pela adoção do método da equivalência patrimonial como critério de avaliação deste investimento.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais:



CVM Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

	CONTROLADORA								
	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%
ATIVO									
Circulante	59.554	22893,65%	9,45%	26	-98,13%	0,01%	1.388	100,00%	0,46%
Não Circulante	570.446	80,90%	90,55%	315.342	4,45%	99,99%	301.921	100,00%	99,54%
Realizável a Longo Prazo	222.355	100,00%	35,29%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos	348.080	10,39%	55,25%	315.328	4,45%	99,99%	301.905	100,00%	99,54%
Imobilizado	11	-21,43%	0,002%	14	-12,50%	0,00%	16	100,00%	0,0053%
TOTAL DO ATIVO	630.000	99,77%	100,00%	315.368	3,98%	100,00%	303.309	100,00%	100,00%

	CONTROLADORA								
	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%
PASSIVO									
Circulante	1.746	-89,83%	0,28%	1.032.413	-0,05%	327,37%	1.032.974	100,00%	340,57%
Não Circulante	3.355.526	141,80%	532,62%	1.387.744	-0,12%	440,04%	1.389.474	100,00%	458,11%
Patrimônio Líquido	(2.727.272)	29,57%	-432,90%	(2.104.789)	-0,68%	-667,41%	(2.119.139)	100,00%	-698,67%
Capital Realizado	973.764	0,00%	154,57%	973.764	0,00%	308,77%	973.764	100,00%	321,05%
Prejuízos Acumulados	(3.691.605)	19,91%	-585,97%	(3.078.553)	-0,46%	-976,18%	(3.092.903)	100,00%	-1018,72%
Outros Resultados Abrangentes	(9.431)	100,00%	-1,50%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
TOTAL DO PASSIVO	630.000	99,77%	100,00%	315.368	3,98%	100,00%	303.309	100,00%	100,00%

	CONSOLIDADO								
	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%
ATIVO									
Circulante	225.512	51,49%	33,92%	148.859	34,57%	32,69%	110.620	100,00%	26,35%
Não Circulante	439.377	43,37%	66,08%	306.474	-0,88%	67,31%	309.188	100,00%	73,65%
Realizável a Longo Prazo	300.952	41,06%	45,26%	213.346	-2,52%	46,85%	218.867	100,00%	52,14%
Investimentos	104.752	75,24%	15,75%	59.775	10,55%	13,13%	54.069	100,00%	12,88%
Imobilizado	32.917	0,87%	4,95%	32.633	-8,44%	7,17%	35.642	100,00%	8,49%
Intangível	756	5,00%	0,11%	720	18,03%	0,16%	610	100,00%	0,15%
TOTAL DO ATIVO	664.889	46,02%	100,00%	455.333	8,46%	100,00%	419.808	100,00%	100,00%

	CONSOLIDADO								
	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%	2012	AH%	AV%
PASSIVO									
Circulante	23.532	-97,85%	3,54%	1.093.926	1,30%	240,25%	1.079.877	100,00%	257,23%
Não Circulante	3.368.629	129,75%	506,65%	1.466.196	0,49%	322,01%	1.459.070	100,00%	347,56%
Patrimônio Líquido	(2.727.272)	29,57%	-410,18%	(2.104.789)	-0,68%	-462,25%	(2.119.139)	100,00%	-504,79%
Capital Realizado	973.764	0,00%	146,46%	973.764	0,00%	213,86%	973.764	100,00%	231,95%
Prejuízos acumulados	(3.691.605)	19,91%	-555,22%	(3.078.553)	-0,46%	-676,11%	(3.092.903)	100,00%	-736,74%
Outros Resultados Abrangentes	(9.431)	100,00%	-1,42%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
TOTAL DO PASSIVO	664.889	46,02%	100,00%	455.333	8,46%	100,00%	419.808	100,00%	100,00%

10.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita



EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2016 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, em fase de recomposição desde os efeitos oriundos da MP 579/2012. Além destas o principal componente se referente ao reconhecimento da receita da indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC, efetuado pela Controlada Celg GT, decorrente de laudo de avaliação patrimonial destes ativos da concessão.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2015 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, em fase de recomposição desde os efeitos oriundos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2014 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica. Em 2014, as Outras Receitas se referem principalmente ao Ágio apurado na alienação de 51% das ações ordinárias da Coligada Celg D. Quanto ao Resultado Financeiro, se refere principalmente aos efeitos oriundos da Indenização dos Ativos de Transmissão alocados após 31.05.2000 na Controlada Celg GT, objeto dos reflexos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013 e 2012

Efetuamos a reapresentação da Demonstração do Resultado do Exercício de 2011, comparativamente ao Exercício de 2012, consolidando apenas as receitas da Controlada Celg GT, em decorrência da Subsidiária Celg D encontrar-se sobre o controle da Eletrobras desde o dia 24 de abril de 2012, decorrente do acordo de acionistas e assunção da mesma à condição de Controladora das deliberações sociais desta Subsidiária. Desta forma, as receitas consolidadas em 2011 na posição reapresentada correspondem às atividades de geração e transmissão de energia elétrica. A posição reapresentada de 2012 se refere à não adoção da Consolidação proporcional pela Controlada Celg GT em relação à sua participação na Energética Corumbá III. Em 2013, tanto as Outras Receitas, quanto o Resultado Financeiro se referem aos efeitos oriundos da Indenização dos Ativos de Transmissão alocados após 31.05.2000 na Controlada Celg GT, objeto dos reflexos da MP 579/2012.

ii. **fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**



EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida – RAP das atividades de Transmissão; b) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; c) diminuição nos encargos com dívidas, decorrente da assunção de dívida efetuado pelo Estado, acerca do empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014; e d) reconhecimento pontual da receita com a indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida – RAP das atividades de Transmissão; b) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; e c) aumento nos encargos com dívidas, decorrente da imputação dos juros sobre o empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; e b) aumento nos encargos com dívidas, decorrente da imputação dos juros sobre o empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013 e 2012

A Administração da Celgpar efetuou as intervenções cabíveis no exercício de 2013, por conta dos impactos advindos da Medida Provisória nº. 579/2012 relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia elétrica e, por sua vez, de forma conjunta à Administração da Celg D no que concerne às atividades de distribuição de energia elétrica.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016, 2015 e 2014

Não aplicável para os itens concernentes a taxas de câmbio e introdução de novos produtos e serviços. No que concerne às variações de receitas vinculadas à alterações de volumes e inflação, as receitas da Controlada acompanham estas variações à medida da incorporação de novas Receitas Anuais Permitidas (novos investimentos e reforços de sistema), para as atividades de geração e transmissão.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor



EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2016, 2015 e 2014

Os principais fatores e condições que afetam a receita e resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

A situação financeira e o resultado das operações da Controlada Celg GT são afetados pela inflação, uma vez que as receitas, apesar de não serem diretamente indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA), tem a tendência a serem atreladas à variação destes índices, assim como os custos operacionais. Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento.

Concernente à Controlada Celg GT, as receitas operacionais estão atreladas diretamente ao nível de investimentos em reforços e ampliações da Rede Básica, em processo de readequação após a edição da MP 579/2012.

Taxa de Câmbio

Possibilidade de a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra tal risco. A Celg GT não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira.

Taxa de Juros

Com relação à Celgpar, observa-se que o maior montante de sua dívida com terceiros concentrava-se em operação de crédito interno, à taxa anual pré-fixada de 6,5%, não indexada (ver item 10.1.f). Com relação à Controlada Celg GT, observou-se no ano de 2015 os efeitos da troca de sua dívida mais onerosa, vinculada anteriormente a instrumento financeiro com a Celg D, por dívida não onerosa com a Celgpar, visto a Controladora ter efetuado o pagamento desta dívida para com a Celg D, passando a ser, por sua vez, credora da Celg GT. Esta operação, para a Celg GT, diminuiu o montante de juros indexados pelo IGPM + 12% a.a., para instrumento financeiro não oneroso, que foi capitalizado pela Celgpar em 2016.

10.3 Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo causaram ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia e sua Controlada não sofreram quaisquer alterações nas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária



A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto.

Em 26 de agosto de 2014 foi assinada a Promessa de Compra e Venda de Ações entre as partes envolvidas (Estado de Goiás, Celgpar, Celg D e Eletrobras), tendo sido aprovado, posteriormente, no âmbito das Assembleias Gerais de Acionistas da Celgpar e da Eletrobras, a aquisição, pela Eletrobras, de até 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias de emissão da Celg D, fatos estes devidamente comunicados ao Mercado. Este processo de aquisição, incluindo todos os prazos legais para o exercício de direito de preferência, pelos acionistas da Celgpar, sob as ações da Celg D, foi cumprido e encerrado no dia 24 de novembro de 2014. Neste sentido, a Eletrobras adquiriu 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentas e sessenta e uma mil, duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias da Celg D, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social, sendo que o pagamento por esta aquisição se concretizou no dia 27 de janeiro de 2015. Os demais acionistas da Celgpar, no exercício de direito de preferência, adquiriram o restante das ações ordinárias da Celg D.

Ainda com relação à Celg D ocorreu, em maio de 2015, e por determinação da União, a inclusão desta no Programa Nacional de Desestatização – PND, sendo que as tratativas da desestatização culminaram com a realização do leilão das ações em 30 de novembro de 2016, sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A Celgpar possuía cláusula de pacto de venda conjunta da sua participação acionária na Celg D e, por decisão de seus acionistas decidiu alienar conjuntamente à Eletrobras a totalidade de suas ações ordinárias, processo este que teve a sua liquidação financeira em 14 de fevereiro de 2017, passando o controle da Celg D à empresa Enel Brasil S.A.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais que foram refletidas nas demonstrações financeiras nos três últimos exercícios sociais.

10.4 Comentários dos diretores sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram quaisquer mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social de 2016.

Assevera-se que a Instrução CVM nº. 457, de 13 de julho de 2007, estipulou em seu art. 1º a obrigatoriedade, por parte das Companhias Abertas, da apresentação a partir do exercício social findo em 2010 das Demonstrações Contábeis Consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). A referida Instrução foi alterada pela Instrução CVM nº. 485, de 1º de setembro de 2010, que obrigaram as Companhias Abertas a elaborarem suas Demonstrações Contábeis Consolidadas com base nos pronunciamentos contábeis do CPC que se encontram, comparativamente aos exercícios sociais de 2015 e 2014, consoantes ao padrão contábil internacional.

Em relação às alterações vinculadas ao processo de convergência ao IFRS, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Celgpar estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade estipulado pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Ver item 10.4.a.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor



Ênfases

Ajuste de exercício anterior

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas nº. 09 e nº. 22, a Companhia registrou ajustes de exercício anterior relativo à créditos fiscais no montante de R\$ 1.455 mil, equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.657 mil, imobilizado no montante de R\$ 98 mil, intangível no montante de R\$ 9 mil, e, tributos a pagar no montante de R\$ 145 mil, totalizando R\$ 3.074 mil (livre de impostos), que gerou a reapresentação dos valores de 31 de dezembro de 2015. A Companhia também optou por reclassificar pequenos valores imateriais no saldo comparativo de 31 de dezembro de 2015 para fins de melhor comparabilidade entre os saldos demonstrados. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Passivo a descoberto

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, a Companhia, está com um passivo a descoberto no montante de R\$(1.900.926) mil, dependerá da capacidade de realização de seus ativos e seus investimentos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A Companhia detém para o saneamento parcial da situação de passivo a descoberto junto ao estado de Goiás referente a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, que totalizaram em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$1.422.416 mil. Adicionalmente, destacamos que o saldo do passivo a descoberto da Companhia totaliza o montante de R\$ 478.210 mil, se houver a integralização do AFAC. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Comentários da Administração:

O destaque dado pelos Auditores diz respeito principalmente aos ajustes de exercícios anteriores, que foram efetuados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Com relação à situação de passivo a descoberto, a Administração entende que esta chegou em patamares mais equacionáveis, em função do resultado do exercício de 2016, e por sua vez, a possibilidade de capitalização do AFAC e dos créditos que o controlador Estado de Goiás detém junto à companhia, para futuro aumento de capital.

10.5 Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A administração da Celgpar apresentará abaixo apenas as políticas contábeis críticas adotadas, com a respectiva exposição de motivos pela sua adoção, já que estas, na hipótese de alteração de práticas, poderia a levar a alterações contábeis relevantes.



Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada Celg GT. A administração da Celgpar entende ser os critérios adequados e respectivamente aderentes à legislação societária e fiscal e, por sua vez, aderentes ao previsto pelo regulador do serviço público de energia elétrica. Eventuais descolamentos destas provisões podem acarretar alterações contábeis, porém observa-se a constituição desta provisão com base em critérios sustentáveis por parte da Controlada.

Ativo Financeiro – Bens da Concessão de Transmissão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 – Contratos de Concessão e da CTG 05 – Contratos de Concessão. Estão incluídos nesta rubrica o montante ainda não indenizado dos ativos de transmissão vinculados ao Contrato de Concessão 63/2001, que entraram em operação até 31 de maio de 2000, já com a definição, pelo poder concedente, do respectivo valor indenizável.



Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do exercício. Nos próximos exercícios sociais poderão ocorrer as premissas previstas na Instrução CVM nº 371/2002 e, neste sentido, tanto a Celgpar quanto a Controlada podem passar e reconhecer ativo fiscal diferido em quantidade superior às obrigações fiscais de mesma natureza.

Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Demonstrações Financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar e Controlada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

10.6 Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los de maneira contínua.

- b. **deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**



Não houve deficiências e recomendações no relatório do auditor independente.

10.7 Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades, cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados ou em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.9 Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.



<p>b. natureza e o propósito da operação</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>10.10 Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:</p>	
<p>a. investimentos, incluindo:</p>	
<p>i - descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos</p> <p><u>Os comentários abaixo se referem à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. Celg GT:</u></p>	
<p>A Controlada CELG Geração e Transmissão S.A – CELG GT foi criada após a cisão das atividades de Distribuição, Geração e Transmissão, determinada pelo Poder Concedente através da Lei nº. 10.848/2004. A Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGPAR, sendo a atual composição acionária a seguinte:</p> <pre>graph TD CEB[CENTRAS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS] -- 0,07% --> CELGPAR[CELGPAR] GOV[GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS] -- 88,78% --> CELGPAR ACO[DEMAS AÇÕES: 104 PESSOAS FÍSICAS 90 PESSÓAS] -- 0,17% --> CELGPAR CELGPAR -- 100% --> CELG[CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO] CELG -- 37,50% --> EC3[ENERGÉTICA CORUMBÁ III] CELG -- 10% --> VSB[VALE DO SÃO BARTOLOMEU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.] CELG -- 49% --> PT[PANTANAL TRANSMISSÃO S.A.] CELG -- 20% --> EFV[ENERGÉTICA FAZENDA VELHA S.A.] CELG -- 50,1% --> LAZ[LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.] CELG -- 49% --> FT[FIRMINÓPOLIS TRANSMISSÃO S.A.] CELG -- 49% --> PLS[PLANALTO SOLAR PARK S.A.]</pre>	



Atualmente, a Controlada CELG GT possui participação em duas Sociedades na área de Geração (Corumbá III e Energética Fazenda Velha), além de participar de 27 projetos de geração a partir de fonte hidrelétrica. Participa, ainda, de quatro sociedades de propósito específico – SPE (“SPE”) já constituídas no segmento de Transmissão (Vale do São Bartolomeu Transmissora, Pantanal Transmissão, Lago Azul Transmissão e Firminópolis Transmissão) e de uma SPE no segmento de Geração Fotovoltaica (planta de 5MW) em fase pré-operacional denominada Planalto Solar Park S.A., a ser implantada na Subestação Planalto, no município de Morrinhos – GO.

No encerramento do exercício social de 2016, em decorrência do Contrato de Concessão Corporativo de Transmissão nº 063/2001, a Controlada CELG GT detinha 744,7 km de Linhas de Transmissão situadas no Estado de Goiás.

Além das Linhas de Transmissão, a Controlada CELG GT opera e mantém 12 subestações, as quais possuem atualmente capacidade instalada de 2.583,4 MVA.

De forma complementar, a Controlada Celg GT possui mais dois Contratos de Concessão Corporativos de Transmissão, de números 03/2015 e 04/2016, referente a implantação de Linha de Transmissão 230KV de 11km (LT Itumbiara-Paranaíba), e implantação de Compensador Estático de 300MVA na SE Luziânia, respectivamente.

Em razão dos novos Contratos de Concessão 003/2015 e 004/2016, e também das Resoluções Autorizativas decorrentes do Contrato de Concessão 063/2001, a Controlada Celg GT deverá acrescentar, após a entrada em operação destes investimentos, à sua Receita Anual Permitida – RAP, mais R\$ 55,07 milhões nos próximos três anos, conforme quadro discriminativo de investimentos abaixo apresentado.



CVM Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

	REA OU CONTRATO DE CONCESSÃO	EDIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	INVEST. AUTORIZ. (R\$ EM MILHÕES)	REALIZ (R\$ EM MILHÕES)	RAP ATO LEGAL (R\$ EM MILHÕES)	RAP ATUALIZ. (31.12.16)	ENTRADA EM OPERAÇÃO PREVISTA (ATUALIZADA)
1	REA 3217/2011	SE Itapaci	Itapaci/GO	4,84	3,68	0,71	3,37	05/03/2017
2	REA 3170/2011	SE Carajás	Goiânia/GO	4,47	2,90	0,70	0,88	16/04/2017
3	REA 3914/2013	SE Itapaci	Itapaci/GO	5,19	2,36	0,89	1,22	12/03/2017
4	REA 4417/2013	SE Goiânia Leste	Goiânia/GO	9,65	0,36	1,51	1,94	21/11/2017
5	REA 4891/2014*	SE Anhanguera	Aparecida de Goiânia/GO	10,32	1,39	1,64	1,98	27/01/2019
6	REA 4891/2014*	SE Palmeiras	Palmeiras de Goiás/GO	9,15	0,23	1,44	1,74	26/03/2019
7	REA 4891/2014*	SE Xavantes	Goiânia/GO	15,54	1,18	2,41	2,92	17/02/2019
8	REA 4891/2014*	SE Paranaíba	Itumbiara/GO	13,44	0,23	2,15	2,60	03/10/2018
9	REA 5444/2015	SE Anhanguera	Aparecida de Goiânia/GO	35,9	3,84	5,51	6,14	15/04/2018
10	REA 5444/2015	SE Planalto	Morrinhos/GO	20,83	0,45	3,57	3,79	03/11/2018
11	REA 5444/2015	SE Firminópolis	Firminópolis/GO	22,56	1,18	3,36	3,98	21/04/2019
12	REA 5484/2015	SE Carajás	Goiânia/GO	0,4	0	-	-	30/04/2017
13	REA 5484/2015	SE Goiânia Leste	Goiânia/GO	0,95	0	-	-	30/03/2017
14	REA 5861/2016	Reforços PMI		43,6	0	-	-	07/12/2018
15	CONTRATO 003/2015	LT Itumbiara-Paranaíba	Itumbiara/GO e Araporã/MG	17,3	6,36	1,64	1,97	30/03/2018
16	CONTRATO 004/2016	SE Luziânia	Luziânia/GO	94,71	16,64	17,85	22,42	20/11/2018
TOTAL				308,85	40,80	43,38	55,07	



Além deste montante em investimentos corporativos, constam em andamento os seguintes investimentos, efetuados em parceria pela Controlada Celg GT mediante a constituição de SPE:

SPE	Investimento em andamento Total	Participação da Controlada CELG GT
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia S.A.	R\$ 316,424 milhões	10%
Pantanal Transmissão S.A. (REA 5722/2016)	R\$ 17,960 milhões	49%
Firminópolis Transmissão S.A.	R\$ 43,556 milhões	49%

Desta forma, observa-se a seguinte situação das SPE constantes do quadro societário da Celg GT:

- Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A.: as suas instalações estão parcialmente em operação (LT 345kV Brasília Sul / Samambaia-DF, sendo que a SE Brasília Leste 500/138/13,8kV já se encontra totalmente instalada, porém depende da LT 500kV Luziânia – Brasília Leste (C1 e C2) para entrar em operação;
- Pantanal Transmissão S.A.: não obstante ter entrado em operação comercial no exercício de 2016, foi emitida nova Resolução Autorizativa para a implantação de um Autotransformador Trifásico, 230/138/13,8kV, 150MVA, na SE Campo Grande 2, com previsão de início da operação comercial em abril de 2018;
- Firminópolis Transmissão S.A.: empreendimento em fase de licenciamento ambiental e tratativas fundiárias, com previsão para início de operação em março de 2019;
- Lago Azul Transmissão S.A.: entrou em operação comercial em 2016;
- Planalto Solar Park S.A.: SPE constituída, tendo sido iniciado os estudos para implantação da planta de 5MW de potência instalada na subestação Planalto, situada em Morrinhos-GO.



A Controlada CELG GT, em função da sua participação no Leilão Aneel nº. 12/2015, detém a concessão da Usina de Rochedo até 04 de janeiro de 2046, conforme Contrato de Concessão nº. 002/2016. Além disso, a empresa continua operando temporariamente a Usina de São Domingos, em atendimento à Portaria nº. 352/2013, emitida pelo Ministério das Minas e Energia - MME.

A Controlada CELG GT detém 15% da energia gerada na UHE Corumbá III, que equivale a 14,2MW médios de Potência Instalada, e 20% da energia a ser gerada na PCH Energética Fazenda Velha, que equivale a 3,3 MW médios de Potência Instalada. Esta última entrou em operação comercial no dia 11 de maio de 2016.

Apresenta-se abaixo, o quadro demonstrativo da Potência Instalada e Garantia Física por Geradora, bem como a respectiva participação da Controlada CELG GT:

Usina	Potência Instalada	Garantia Física MW Médios	Propriedade	Potência Instalada MW Proporc.	Garantia Física MW Médios Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Integral e Compartilhada	16	10		16	10		
UHE São Domingos*	12	7,2	100%	12	7,2	01/01/1991	*
UHE Rochedo	4	3	100%	4	3	18/04/1956	04/01/46
Sociedade de Propósito Específico	111,1	59,8		17,5	9,38		
UHE Corumbá III	96,5	50,9	15%	14,2	7,6	24/10/2009	06/11/36
PIE Fazenda Velha	16,5	8,9	20%	3,3	1,78	11/05/2016	
Total	127,1	69,8		33,5	19,38		

A Controlada CELG GT também participa de 27 projetos de geração a partir de fonte hidrelétrica, das quais seis possuem potência instalada acima de 50MW, e 21 empreendimentos com Potência Instalada projetada abaixo de 50MW. A preços de dezembro de 2016, estes investimentos totais estimados seriam da ordem de R\$643 milhões.

ii - fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento, no exercício de 2016, concentraram-se em gerações de caixa a partir das atividades operacionais e de investimento, para as atividades de transmissão e geração de energia elétrica. Foi utilizada em larga escala, pela Controlada Celg GT, os recursos em caixa disponíveis das indenizações dos ativos de transmissão da RBNI, oriundos das implicações da MP 579/2012.



<p>iii - desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>b. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>c. novos produtos e serviços, indicando:</p>	
<p>i - descrição das pesquisas em andamento já divulgadas</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>ii - montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>iii - projetos em desenvolvimento já divulgados</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>iv - montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>10.11 Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção</p> <p>Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.</p>	